

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS GABRIEL RABELO DE SOUSA

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE
GRANDE PORTE**

Osasco-SP

2021

LUCAS GABRIEL RABELO DE SOUSA

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE
GRANDE PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo- Campus Osasco.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Braz Silva

Osasco-SP

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp
Osasco, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725d SOUSA, Lucas Gabriel Rabelo de
Despesa total com pessoal dos tribunais de justiça de grande
porte / Lucas Gabriel Rabelo de Sousa. - 2021.
64 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.
Orientador: Prof. Dr. Sandro Braz Silva.

1. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. Despesa total com
pessoal. 3. Receita corrente líquida. 4. Poder Judiciário. 5.
Tribunais de justiça. I. Silva, Prof. Dr. Sandro Braz, II. TCC -
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 657.61

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo cuidado e por me conceder capacidade intelectual para estar realizando esse trabalho.

Agradeço a minha família por me incentivar e me animar nos momentos mais desafiadores, especialmente agradeço a minha mãe que estar sempre ao meu lado, ensinando os valores mais preciosos da vida, como a humildade e o respeito pelos outros.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Sandro Braz Silva, pelo seu empenho e dedicação em todos os momentos em que precisei do seu auxílio. Por fornecer instruções que foram essenciais para esse trabalho ser concretizado.

Agradeço aos amigos de faculdade pelo companheirismo durante todos esses semestres na Universidade. Também aos meus amigos do meu cotidiano, principalmente a minha amiga Anny que me ajudou por meio da sua experiência no ambiente acadêmico.

Por fim, quero agradecer a todos os professores e os profissionais que tiveram envolvidos direta ou indiretamente na minha formação, desde o período escolar até chegar a esse momento de conclusão dessa graduação.

RESUMO

Essa pesquisa busca verificar se os Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte do Brasil cumpriram o limite da Despesa Total com Pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) entre os anos de 2016 a 2020. Essa lei foi promulgada visando ter um maior controle dos gastos públicos. A LRF institui medidas para que os entes públicos tenham êxito no equilíbrio fiscal, diferentemente do que era adotado anteriormente, passou-se a exigir um maior controle dos gastos públicos, ao invés de aumentar a arrecadação pública para cobrir o *déficit* fiscal. Diante disso, as restrições das despesas e da dívida pública implementadas por essa lei ficaram dependentes do valor da Receita Corrente Líquida (RCL). Uma dessas ferramentas, utilizadas para aumentar esse controle, foi a limitação mais rígida e detalhada da Despesa Total com pessoal. Pela primeira vez, houve o estabelecimento do limite dessa despesa para os poderes federativos. Essa despesa do Poder Judiciário ficou restrita à 6% da RCL. Para atingir o objetivo dessa pesquisa houve a utilização dos Relatórios de Gestão Fiscal desses Tribunais de Justiça, bem como os Relatórios de Execução Orçamentária desses respectivos Estados. Diante disso, essa pesquisa é classificada como quantitativa, descritiva e documental. Os resultados obtidos exibiram que nenhum desses Tribunais ultrapassou o limite dessa despesa durante esse período, mas os Tribunais do Rio de Janeiro e São Paulo ultrapassaram o limite prudencial em pelo menos um dos quadrimestres analisados. Sendo que o primeiro conseguiu melhorar a relação dessa despesa com a RCL, inclusive estando até abaixo do limite de alerta no último quadrimestre analisado. Enquanto o segundo continuou numa situação preocupante, estando essa despesa no 2º quadrimestre de 2020 acima do limite prudencial. Constatou-se também, que em praticamente todos os Tribunais analisados ocorreu um aumento praticamente contínuo da despesa com pessoal, logo apresentaram uma piora do índice que mede essa despesa em praticamente em todos os quadrimestres nos quais houve queda da arrecadação tributária. Recomenda-se para pesquisas futuras a análise da Despesa Total com Pessoal perante os limites estabelecidos na LRF dos TJs de médio e pequeno porte, bem como dos Tribunais Federais.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa Total com Pessoal. Receita Corrente Líquida. Poder Judiciário. Tribunais de Justiça.

ABSTRACT

At the end of the 1990s, there was a greater concern with the control of public spending, due to the fiscal deficit presented in those years. A more managerial administration started to be adopted in the public sector. In order to have greater control over public spending, the Fiscal Responsibility Law was enacted. This normative legal institutions for the public to be successful in fiscal balance, unlike what was previously adopted, began to demand greater control of public spending, by increasing public revenue to cover the fiscal deficit. In view of this, the expenditure and public debt restrictions implemented by this dependent law depend on the value of the Current Net Revenue (RCL). One of these tools to increase this control was the more rigid and detailed limitation of Total Personnel Expenses. For the first time, the limit of this expense was established for the federal powers. This expense by the Judiciary was limited to 6% of the RCL. This research sought to verify if the Large State Courts of Justice of Brazil met the limit of this expenditure between the years 2016 to 2020. To achieve this objective, the Tax Management Reports of these Courts of Justice were used, as well as the Reports of Budgetary Execution of these States. Therefore, this research is classified as quantitative, descriptive and documentary. The results obtained showed that none of these Courts exceeded the limit of this expense during that period, but the Courts of Rio de Janeiro and São Paulo exceeded the prudential limit in at least one of the four-month expenses. The former managed to improve the ratio of this expense to the RCL, including a survey above the alert limit in the last four months analyzed. While the second continuous in a worrying situation, it receives this expense in the 2nd quarter of 2020 above the prudential limit. It was also found that in practically all Courts originated in a continuous continuous increase in personnel expenses, then a worsening of the index that measures this expenditure in practically all four quarters in which there was a drop in tax collection. Further research is recommended to analyze the Total Personnel Expenditure in view of the limits identified in the LRF of medium and small-sized TJs, as well as of the Federal Courts.

Keywords: Fiscal Responsibility Law. Total Personnel Expenses. Current Chain Revenue. Judicial Power. Courts of Justice.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Receita Corrente Líquida - MG	34
Gráfico 2	Despesa Total com Pessoal - TJMG	35
Gráfico 3	Porcentagem RCL/Despesa Total com Pessoal - TJMG	36
Gráfico 4	Receita Corrente Líquida - PR	38
Gráfico 5	Despesa Total com Pessoal - TJPR	39
Gráfico 6	Porcentagem RCL/Despesa Total com Pessoal - TJPR	40
Gráfico 7	Receita Corrente Líquida - RJ	41
Gráfico 8	Despesa Total com Pessoal - TJRJ	43
Gráfico 9	Porcentagem RCL/Despesa Total com Pessoal - TJRJ	44
Gráfico 10	Receita Corrente Líquida - RS	46
Gráfico 11	Despesa Total com Pessoal - TJRS	47
Gráfico 12	Porcentagem RCL/Despesa Total com Pessoal - TJRS	48
Gráfico 13	Receita Corrente Líquida - SP	49
Gráfico 14	Despesa Total com Pessoal - TJSP	51
Gráfico 15	Porcentagem RCL/Despesa Total com Pessoal - TJSP	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Limites Percentuais da Despesa Total com Pessoal dos Poderes dos Entes Federativos	29
Tabela 2	Receita Corrente Líquida	53
Tabela 3	Despesa Total com Pessoal	54
Tabela 4	% DTP/RCL	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DTP	Despesa Total com Pessoal
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
RCL	Receita Corrente Líquida
TJ	Tribunal de Justiça
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJPR	Tribunal de Justiça do Paraná
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	Tribunal Regional Federal
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivos da Pesquisa	11
1.2 Problema da Pesquisa	12
1.3 Justificativa e Contribuições.....	12
1.4 Estudos Anteriores	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Lei de Responsabilidade Fiscal	15
2.2 Orçamento Público.....	20
2.3 Receita Corrente Líquida	25
2.4 Despesa com Pessoal.....	28
2.4.1 Evolução Histórica do Controle da Despesa com Pessoal	28
2.4.2 Despesa com Pessoal na LRF	28
2.5 Poder Judiciário	31
3 METODOLOGIA UTILIZADA	32
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	34
4.1 Minas Gerais	34
4.2 Paraná.....	37
4.3 Rio de Janeiro.....	41
4.4 Rio Grande do Sul.....	45
4.5 São Paulo	49
4.6 Análise estatística dos resultados.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A administração pública pode ser subdivida em três fases, sendo: administração patrimonialista, administração burocrática e administração gerencial. A primeira é caracterizada por ter como objetivo principal a satisfação da necessidade dos membros que compõem o Estado, o foco era o aumento do seu patrimônio, característica dos Estados absolutistas (SILVA, 2013).

A segunda é caracterizada pela separação do privado e público, sendo que esse último tinha como característica a legalidade, sendo que os seus procedimentos eram inflexíveis, o foco estava em prestar um serviço que atendesse todos os requisitos previstos na legislação, teve início no século XVIII e teve seu término no final do século passado (SILVA, 2013).

A terceira, a administração gerencial, não despreza o formalismo da administração burocrática, mas amplia o foco para a prestação do serviço público de forma eficiente, ou seja, que possua um bom custo-benefício, a análise passou a deixar de ser restrita somente à legalidade do serviço prestado, para verificar se a finalização da execução do contrato proporcionou realmente melhoria para a sociedade, teve início no fim do século passado (SILVA, 2013).

Um dos instrumentos que proporcionou a expansão da implementação da administração gerencial foi a Lei Complementar 101, de 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa norma jurídica prevê a responsabilização da administração pública pela gestão fiscal. A lei estabelece que o setor público deverá prezar pelo equilíbrio entre as receitas e despesas.

A LRF também tem a função de normatizar a limitação da dívida pública e da despesa com pessoal. Consoante Pelicioli (2000, p. 109), “a LRF dá suporte à criação de um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal, até então inexistente no cenário brasileiro”. Essa norma jurídica é de suma importância pois através dela pode-se ter um melhor controle do gasto público, favorecendo que aumente os recursos destinados para as áreas mais dependentes do investimento público, como saúde e educação.

Um dos fatores que fizeram a LRF também ganhar mais relevância entre os gestores públicos foi a edição da Lei 10.028 no ano de 2000, que ficou conhecida como Lei de Crimes Fiscais. Essa lei os responsabiliza penalmente pelo descumprimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A limitação da despesa com pessoal imposta pela LRF não foi uma novidade, mas antes era mais genérica, essa lei trouxe mais detalhes para o controle dessa despesa que representa uma grande parcela dos gastos da administração pública. A novidade que foi trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi a especificação dos limites para os três poderes pertencentes aos entes federativos. Outra inovação foi a definição dos limites de alerta e o prudencial, pois anteriormente só existia previsão legal do limite geral (DIAS, 2009).

Esses limites intermediários são instrumentos que foram criados para ter um controle maior a fim de que o ente não ultrapasse o valor calculado para o gasto de pessoal (DIAS, 2009). O limite para com essa despesa é calculado consoante uma porcentagem da receita corrente líquida (RCL) do ente federativo. Todas essas ferramentas de controle em relação a despesa com pessoal são de suma importância, tendo em vista que os servidores são essenciais para a prestação do serviço público, entretanto o gasto com a folha de pagamento consome um valor considerável do orçamento (BRASIL, 2000).

O Poder Judiciário apresenta um grande comprometimento do seu orçamento. No ano de 2018, da despesa total desse Poder, 90,8% foi com recursos humanos. Esse valor, conforme estabelecido pela LRF, não pode ultrapassar 6% da RCL do ente federativo. Essa vinculação é configurada dessa forma, pois a arrecadação das custas processuais é feita pelo estado, consequentemente os recursos destinados para gastos com pessoal, dentre outros, são oriundos do Poder Executivo (DPJ, 2019).

Logo, existe uma vulnerabilidade em relação ao resultado dessa receita, pois eventual resultado abaixo do estimado pode comprometer o limite com essa despesa. Tendo em vista esse cenário, esse estudo analisará como tem sido a variação da despesa com pessoal em relação à RCL. Haja vista que não seria possível realizar o trabalho dos 27 Estados devido ao tempo disponível, foi realizado um corte e essa pesquisa irá analisar os dados dos Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte, sendo composto por Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Essa classificação é feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

1.1 Objetivos da Pesquisa

De acordo com Aragão e Mendes Neta (2017), os objetivos indicam os propósitos da pesquisa, ou seja, o que pretende ser atingido por meio da realização dessa investigação, devendo também apontar o trajeto que foi percorrido pelo pesquisador. Para Fachin (2017) o

objetivo é o resultado que visa a ser alcançado por meio da pesquisa. Os objetivos podem ser gerais ou específicos. O objetivo geral apresenta uma ação mais ampla do problema, enquanto os objetivos específicos têm a finalidade de orientar o trabalho do pesquisador por meio do detalhamento das ações que serão adotadas ao longo da pesquisa.

O objetivo geral deste estudo é analisar a Despesa Total com Pessoal dos Tribunais de Justiça estaduais de grande porte frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, no período de 2016 a 2020.

Para atingir o objetivo geral deste estudo foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Levantar os valores da Despesa Total com Pessoal dos Tribunais de Justiça estaduais;
- Conhecer a Receita Corrente Líquida dos Estados pertinentes ao escopo da pesquisa;
- Comparar os valores da razão da Despesa Total com Pessoal e da RCL dos tribunais de justiça com os limites estabelecidos na LRF.

1.2 Problema da Pesquisa

O problema da pesquisa é considerado por Martins e Theóphilo (2007) a base para submeter a investigação sistemática à realidade, demonstrando uma visão abrangente do objeto a ser pesquisado. Lakatos e Marconi (2003, p 97) declaram “que toda investigação nasce de algum problema teórico/prático, o qual informará o que é relevante ou irrelevante a ser observado, bem como os dados que devem ser selecionados”.

Logo, o problema de pesquisa deste estudo é: “Os Tribunais de Justiça de grande porte possuem resultados satisfatórios com a Despesa Total com Pessoal conforme os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2016 a 2020?”

1.3 Justificativa e Contribuições

O controle da despesa total com pessoal é de suma importância para que a administração pública possa ter uma gestão eficiente dos gastos públicos. Pois, caso esse gasto com os servidores esteja muito elevado, pode-se incapacitar a realização de obras, prestação de alguns serviços e a efetivação de algumas políticas públicas básicas. Além disso,

o gestor público tem dificuldade de modificá-la a curto prazo, pois ela tem característica de ser bem rígida (ARAÚJO; MORAES, 2003).

Ademais, existe a projeção do Banco Central do Brasil de que o Brasil terá um recuo de mais de 5% no seu produto interno bruto no ano de 2020 (FOCUS, 2020), efeito da pandemia causada pelo Covid-19, consequentemente causará uma diminuição da arrecadação, necessitando que ocorra um maior controle dos gastos públicos.

O Poder Judiciário apresenta um grande impacto da Despesa Total com Pessoal no seu orçamento, 90% desse valor é destinado para essa despesa (DPJ, 2019). Tendo em vista que os recursos são oriundos da RCL (Receita Corrente Líquida) é fundamental analisar como essa despesa vem se comportando ao longo dos últimos anos.

Para fazer a análise da despesa com pessoal do Poder Judiciário, houve-se a escolha dos Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte, devido que o conjunto deles representa a maior parte da força de trabalho deste poder.

Ademais, existem poucas pesquisas científicas publicadas referente à Despesa Total com Pessoal dos Tribunais de Justiça, não sendo encontrado nenhuma que aborde exclusivamente os da categoria de grande porte. Logo, diante da escassez dessas informações foi feita a escolha por essa temática.

1.4 Estudos Anteriores

Já foram realizados outros estudos com essa mesma temática, sendo que alguns deles foram utilizados como fonte de pesquisa para elaboração desse trabalho. O que teve maior influência sobre esse trabalho foi o que analisou a Despesa Total com Pessoal dos TJs de médio porte referente aos anos de 2006 a 2015, de Alves, Freitas e Oliveira (2015). Neste estudo foi verificado se os TJs dos dez estados que na época foram classificados dentro dessa categoria estavam controlando de forma efetiva essa despesa.

O estudo de Brito *et al.* (2016) objetivou na análise da evolução do gasto com pessoal da Assembleia Legislativa do Amazonas do período entre os anos de 1998 a 2002. Já a pesquisa de Faé e Zorzal (2009) comparou os gastos com pessoal no governo federal no período anterior à sanção da LRF e o período posterior a essa norma.

Almeida *et al.* (2017) pesquisou sobre a despesa com pessoal dos municípios paraibanos, verificando se estava sendo cumprido os limites impostos na LRF no período entre os anos de 2014 a 2016. Anteriormente, também houve o estudo sobre o gasto com pessoal do Poder Executivo dos Estados da Região Sudeste referente aos anos de 1998, 1999,

2000, 2001, 2002, 2003 e 2010, verificando se houve o comprometimento da RCL com essa despesa acima do estabelecido na LRF (ANTUNES; COSTA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2012).

Rabelo e Rodrigues Júnior (2018) pesquisaram sobre a despesa com pessoal do Poder Executivo dos Estados da Região Nordeste, no período de 2013 a 2017, comparando com a RCL desses respectivos entes federativos. Verificaram os impactos trazidos pela imposição de limites mais rígidos para essa despesa às finanças públicas e se esses estados estavam cumprindo essa delimitação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será explanado sobre a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando demonstrar a sua importância para a gestão fiscal. Ademais, será apontado as principais obrigações que ela trouxe para o gestor público. Também será abordado as características do orçamento público, demonstrando como funciona o processo de elaboração da peça orçamentária do Poder Judiciário.

Igualmente, será apresentado as características da RCL, mostrando a sua relevância para a fixação das despesas e da dívida pública. Ademais, será explorado como a Despesa Total com Pessoal é abordada na LRF, apresentando a definição, limites dessa despesa e como é feito o seu controle na administração pública. Por último, será apontado as principais características do Poder Judiciário, demonstrando como é a sua estrutura geral.

2.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A instituição de novas regras fiscais e a elaboração de um orçamento equilibrado ganharam destaque na década de 1990 principalmente entre os países desenvolvidos visando acabar ou no mínimo diminuir o *déficit* público. A primeira iniciativa aconteceu nos Estados Unidos, nos anos 1980 com a lei *Gramm-Rudman-Hollings* (GRH), mas não teve êxito em proporcionar um orçamento equilibrado, sendo substituída em 1990 pelo *Budget Enforcement Act* (BEA) que foi mais bem sucedido em controlar os gastos públicos (GOBETTI, 2010).

Outra iniciativa foi realizada na União Europeia em 1997 por meio do Tratado de *Maastricht*. Ele estabeleceu um pacto pela estabilidade que obrigava os países membros a manterem o *déficit* nominal e a dívida pública dentro dos limites estabelecidos nesse acordo. A Nova Zelândia também aprovou nessa década de 1990 um pacote de responsabilidade fiscal tendo como um dos principais pilares a transparência, estabelecendo um compromisso de reduzir o endividamento e a estabilizar as alíquotas tributárias (GOBETTI, 2010).

Influenciado por essas três iniciativas foi promulgado a Lei Complementar nº 101 (BRASIL, 2000) visando aperfeiçoar o gerenciamento dos gastos públicos, ou seja, instituiu normas para que os entes federativos pudessem exercer uma gestão fiscal eficiente (DIENG *et al.*, 2004). Segundo Leite e Peres (2010) a LRF trouxe impactos de ordem fiscal, política, institucional e de gestão aos entes públicos.

Tendo em vista que o Brasil já tinha uma alta carga tributária, notou-se que para ter recursos para a prestação de serviços públicos de qualidade, era necessário ter um controle sobre as despesas invés de somente aumentar a arrecadação. Essa lei instituiu medidas essenciais visando ter sucesso nessa transição para a administração gerencial (DIENG *et al.*, 2004).

Anteriormente a essa lei, os entes públicos tinham que atender os requisitos somente da Lei 4320 (BRASIL, 1964) que ordenava a elaboração dos orçamentos exclusivamente para fins legais, não era usado como um instrumento para auxílio da gestão das despesas e receitas. Logo, a LRF acabou se tornando uma ferramenta de uso gerencial proporcionando uma melhor gestão dos recursos públicos (SLOMSKI, 1999).

Os quatros princípios que norteiam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) são: planejamento, controle, transparência e a responsabilidade. No planejamento pode-se destacar o estabelecimento das metas fiscais, com a projeção de receitas e despesas para o curto e médio prazo, bem como a instituição de limites com a dívida pública e com despesa com pessoal. Relativo ao controle ressalta-se o acompanhamento periódico da execução orçamentária e a fiscalização de eventuais irregularidades (NASCIMENTO, 2019).

A LRF instituiu a obrigatoriedade da divulgação de alguns relatórios visando a transparência da gestão dos administradores públicos, por exemplo, os relatórios de gestão fiscal e execução orçamentária. Além disso, essa lei exige uma ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos entes públicos.

A principal finalidade dessa lei foi proporcionar métodos que visam evitar o desequilíbrio entre a arrecadação e o gasto orçamentário, dessa forma fornece normas voltadas à gestão do patrimônio público. Anteriormente a sanção dessa lei, só existia normas básicas voltadas ao planejamento e a execução dos orçamentos. Logo, a LRF tinha como objetivo sanar as lacunas presentes na legislação até aquele momento, além de fornecer aos gestores públicos diretrizes para uma administração eficiente (BONACIM; SILVA, 2010).

Essa lei regulamentou o artigo 165, § 9º, II da Constituição Federal:

§ 9º Cabe à lei complementar:

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

A LRF estabeleceu normas que favorecem que as receitas arrecadadas sejam suficientes para suprirem as despesas realizadas pelos entes públicos em um ente público. Visando atingir esse objetivo são estabelecidas limitações para o crescimento da despesa e

fixado limites para gastos com pessoal, serviços de terceiros, endividamento, inscrição em restos a pagar e renúncia de receitas. As normas dessa lei abrangem todos os entes e cada um dos níveis de Poder (legislativo, executivo e judiciário). Somente as empresas estatais independentes não estão sujeitas as essas regras (ABRANTES; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2009).

A lei de responsabilidade fiscal destaca-se também por exercer um papel importante no planejamento das finanças públicas, pois estabeleceu mais elementos que devem constar no plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Um dos principais documentos é o anexo de metas fiscais que deve acompanhar a LDO, esse documento conterá as metas anuais em valores correntes referentes às receitas, despesas e o montante da dívida pública. Também possui a avaliação da situação financeira e atuarial do regime geral de previdência social dos servidores e dos demais fundos públicos (BRASIL, 2000).

Uma importante determinação que consta na LRF referente à gestão fiscal é a limitação de empenho. Consiste em uma restrição que deve ser implementada quando o ente público ao final de um bimestre verificar que não teve êxito em atingir a meta da arrecadação da receita prevista no anexo de meta fiscal (BRASIL, 2000).

Foram instituídas ferramentas de controle por essa lei, uma delas é a renúncia de receita realizada pelo ente público, deve ser acompanhada do impacto orçamentário no exercício em que iniciará e nos dois seguintes. Devendo estar acompanhada também da demonstração de que essa renúncia foi considerada na estimativa da receita ou pela medida de compensação que será implementada paralelamente (BRASIL, 2000).

Outro instrumento de controle instituído pela LRF é referente às despesas públicas. Quando houver a criação, expansão ou melhoria de ação governamental que resulte em um aumento da despesa, esta deverá estar acompanhada da estimativa do impacto no exercício em que entrará em exercício e nos dois subsequentes, bem como se existe compatibilidade com a LDO e o Plano Plurianual (BRASIL, 2000).

Essa lei também estabeleceu condições para que possa ser realizada a transferência de recursos entre os entes públicos. O beneficiário não poderá ter pendências financeiras, como pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos, em relação ao ente transferidor. Outra condição é que este ente comprove o cumprimento dos limites constitucionais de gastos referentes à educação e a saúde (BRASIL, 2000).

A LRF também inovou ao determinar de como deverá ser feito o controle da dívida pública. Concedeu ao Presidente da República a responsabilidade de determinar o limite da

dívida consolidada dos entes federativos e da dívida mobiliária, devendo serem submetidas respectivamente ao Senado e ao Congresso Nacional. Esses limites serão determinados de acordo com um percentual da RCL (BRASIL, 2000).

Ademais, houve a determinação de restrições que devem ser adotadas em caso do descumprimento do limite dessas dívidas, sendo uma delas a vedação da realização de operação de crédito, com exceção das que sejam voltadas para o financiamento da dívida mobiliária. Caso vença o prazo para reconduzir o limite da dívida, o ente público ficará vedado inclusive de receber transferências voluntárias dos outros entes (BRASIL, 2000).

A LRF concedeu a incumbência ao Ministério da Fazenda de verificar o cumprimento do limite das operações de crédito e as condições em que foram realizadas por cada ente federativo. Tratando-se de operação de crédito externo caberá ao Senado Federal autorizar. Outra importante medida para garantir o equilíbrio fiscal foi em obrigar a instituição financeira que venha a contratar a operação de crédito a solicitar previamente a comprovação de que houve o cumprimento de todas as condições previstas nessa lei (BRASIL, 2000).

Essa lei também especificou importantes instrumentos, bem como instituiu novos, que visam à transparência da gestão fiscal, são eles: planos, orçamentos, lei de diretrizes orçamentárias, prestação de contas, relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal. Além disso, instituiu a participação popular no processo de elaboração do orçamento público, por meio de audiências e a disponibilização, preferencialmente por meio eletrônico, de dados referentes à execução orçamentária (AFONSO; CRUZ, 2018).

A Lei de Responsabilidade Fiscal especificou que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser publicado bimestralmente contendo o balanço orçamentário e o demonstrativo da execução das receitas e despesas, tanto por categoria econômica como por função. Aquele que for referente ao último bimestre do ano deve possuir a projeção atuarial dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Logo, trata-se de uma importante ferramenta de transparência da gestão fiscal (BRASIL, 2000).

Outro importante instrumento de transparência e controle é o Relatório de Gestão Fiscal que foi instituído pela LRF. Esse documento deverá ser publicado ao final de cada quadrimestre, deve conter a despesa total com pessoal, devendo diferenciar a que se trata com pessoal ativo e os inativos e pensionistas, montante das dívidas públicas, bem como as medidas adotadas para restabelecer ao montante permitido nos casos em que ultrapassou o limite legal. O relatório referente ao último quadrimestre também deve conter a inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Deve-se destacar que a transparência não consiste somente em disponibilizar as informações, conforme afirma Afonso (2000, p.13), que foi um dos principais responsáveis pela elaboração da LRF, a “transparência não significa só publicar informações, mas publicar algo que seja inteligível”. Logo, esses relatórios que são determinados por essa lei não devem ser complexos, ou seja, de difícil compreensão. A produção desses documentos também deve prezar pela simplicidade na leitura e compreensão (ANDRADE; FORTES, 2005).

A LRF também determina que todos os níveis de poder devem prestar contas anualmente. Em relação ao Poder Judiciário, no âmbito da União deve ser prestado pelos presidentes dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, devendo serem consolidadas. No âmbito estadual deve ser prestado pelos presidentes dos TJs. Cabe aos Tribunais de Contas de cada ente federativo emitir parecer sobre essas contas (BRASIL, 2000).

A fiscalização da gestão fiscal será exercida pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas. Ademais, também será realizada pelo controle interno de cada ente federativo. Esse último é o principal por zelar que a administração pública atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Silva Júnior (2004, p. 98) afirma que o controle fiscal ganhou mais notoriedade ao longo do tempo devido à escassez dos recursos, bem como pelo descontrole das contas públicas e pelo endividamento das instituições públicas (ANDRADE; FORTES, 2005).

De acordo com O'Donnell (1991) o governante é obrigado a prestar contas para que a sociedade possa ter acesso aos atos praticados e, caso haja necessidade, venha questioná-lo, podendo inclusive gerar a punição desse administrador público em caso de descumprimento das normas legais. Essa participação popular será incentivada por meio da transparência, pois através dela haverá um envolvimento do cidadão com o gestor dos recursos públicos.

A transparência fiscal envolve gestão fiscal e prestação de contas. Por meio do fluxo das informações, permite-se que principalmente as autoridades de controle dos governos consigam visualizar a situação e as perspectivas fiscais. Mas Zuccoloto e Teixeira (2014) afirmam, tendo como parâmetro os governos estaduais, de que a transparência no Brasil ainda está em fase inicial, ainda existe um caminho para percorrer até chegar ao amadurecimento desse sistema (AFONSO; CRUZ, 2018).

Consoante afirma Stiglitz (1999) a transparência eficaz significa reduzir as assimetrias informacionais entre os cidadãos e agentes estatais, de tal forma que sejam mitigadas falhas de gestão e permitir o controle dos cidadãos. É defendida como regra

essencial da administração pública para tornar os governos responsáveis perante a sociedade e tem como perspectiva uma política de publicidade visando aprofundar a democracia.

Ademais, a LRF responsabiliza os gestores públicos por eventuais descumprimentos dessa normativa, podendo ser incriminados com base na Lei de Crimes Fiscais (BRASIL, 2000). Essas sanções podem ser desde multas, perda de cargo e até mesmo chegar à prisão. Entretanto, o cumprimento das normas da LRF encontra-se relacionado com a capacidade do Estado de punir os desvios dos administradores públicos, ignorando as pressões políticas (GIUBERTI, 2005).

2.2 Orçamento Público

As finanças públicas interferem na política econômica e no ajustamento da distribuição de renda e riquezas, diante desse fator a ênfase do governo encontra-se voltada à política fiscal, sendo que essa depende da política orçamentária, nessa última que são determinadas as formas quantitativas e qualitativas de como os recursos serão alocados, visando à efetividade de aplicação desses gastos (ANDRADE; FORTES, 2005).

O planejamento orçamentário é um mecanismo para manter a situação financeira estável dos entes públicos. A elaboração do orçamento público e o seu acompanhamento é vital para que se tenha um controle sobre o desempenho fiscal. Tendo em vista que o processo de elaboração envolve autores do campo político, muitos desses agentes podem sofrer influência para expandir os gastos e criar *déficit*, enquanto outros podem ser sentidos influenciados para implementarem restrições orçamentárias (AFONSO; CRUZ, 2018).

Para ter o cumprimento das metas fiscais é necessária uma precisão nas previsões da receita, entretanto podem sofrer interferência motivadas pelo ambiente político ou procedimentos organizacionais, resultando em um orçamento fantasioso (AFONSO; CRUZ, 2018). Consoante Maher e Deller (2011) e Veccia e Montoya (2002) existe uma relação entre os orçamentos realistas e o maior equilíbrio das contas públicas.

De acordo com Maher e Deller (2011) em períodos de pressão fiscal os gestores públicos são influenciados a manipularem a estimativa das receitas. Além disso, não existindo um monitoramento e punições referente à utilização de dados surreais nos orçamentos públicos, acaba ocorrendo um desestímulo para o estabelecimento das previsões das receitas que estejam fundamentadas em projeções realistas.

Na elaboração da LOA, será feito ajustes pelo Poder Executivo nos orçamentos encaminhados pelos demais poderes, tendo em vista que eles não geram receitas e são dependentes da receita líquida do ente federativo (BRASIL, 1988). Portanto, eventuais alterações são efetuadas para que haja uma adequação às previsões das despesas e receitas do ente federativo, para que possa ocorrer o equilíbrio orçamentário.

O orçamento público deverá ser elaborado em conformidade ao princípio da legalidade, sendo umas principais ferramentas de planejamento das ações do setor público. Sob a perspectiva contábil, esse documento trata-se da fixação das despesas e do estabelecimento das previsões das receitas. Paralelamente, sob a visão jurídica trata-se de uma peça que autoriza a cobrança de impostos e outras fontes de recursos, bem como autoriza a realização de algumas despesas em um determinado período (CONTI, 2019).

Esse documento é essencial para o planejamento, pois é através desse documento que poderá ser visualizado todos os gastos planejados pelo setor público, dessa forma fica mais fácil verificar e destinar os recursos para às áreas mais prioritárias, consequentemente proporcionando uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Ademais, cria uma obrigação ao administrador público de limitar os gastos do ente ao fixado nas despesas do orçamento. Além disso, igualmente é extremamente relevante por resultar em um maior controle dos gastos públicos (CONTI, 2019).

Atualmente no Brasil é adotado o Orçamento – Programa, que é fundamentado entre a junção das funções executivas da estrutura administrativa e os recursos, sendo essa primeira detalhada por meio da especificação dos programas, projetos e atividades, visando atingir as metas produtivas para a ação governamental. Por meio desse modelo, o planejamento das ações governamentais consegue ser realizado de uma maneira mais eficaz, proporcionando que estejam em quase sua totalidade previstas nesse documento (GADELHA, 2017).

O processo de elaboração do orçamento público é regido pela Constituição Federal, especificamente nos artigos 165 a 169 e pela Lei nº 4320 (BRASIL, 1964), instituem primeiramente que as leis de iniciativa do executivo estabelecerão o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e o orçamento. Esses três documentos serão a base para o funcionamento de todo o sistema orçamentário, bem como para a execução de todos os programas governamentais. Tendo em vista que assim como qualquer lei, também depende da aprovação pelo legislativo, consequentemente permite que os parlamentares possam influenciar na elaboração dessas leis (GADELHA, 2017).

O Plano Plurianual (PPA) é um plano de médio prazo, de visão estratégica, tendo a validade de quatro anos, devendo ser elaborado e aprovado no primeiro ano do mandato da

autoridade máxima do poder executivo. Logo, esse documento terá o início da sua vigência no segundo ano do mandato. Essa peça estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas do governo para as despesas de capital e para os de duração continuada. Consequentemente, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem estar incluído nessa lei (SANTOS, 2015).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina o planejamento de curto prazo, com validade de um ano, possui como objetivo definir as metas e prioridades que serão norteadoras para a elaboração do orçamento público. Ademais, estabelece regras, vedações e limites para as despesas, bem como disporá sobre as eventuais alterações da legislação tributária. Por meio da LRF, essa lei ganhou novas atribuições, como regulamentar as transferências para as entidades públicas e privadas e o estabelecimento de metas e acompanhamento de metas fiscais. Essa peça será um ajuste anual das metas que foram estabelecidas no PPA (SANTOS, 2015).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, tem a validade de um ano, fixando as despesas e determinado as previsões das receitas. Ela será elaborada tendo como base o PPA e a LDO, ou seja, todas as ações previstas nessa peça devem obedecer ao que consta nessas outras duas leis. Logo, a LOA disporá como o planejamento será executado. Essa lei é composta por três tipos de orçamento: orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas controladas e o orçamento da seguridade social (SANTOS, 2015).

O orçamento fiscal refere-se a maioria das receitas e despesas do ente público, como as receitas tributárias e de operações de crédito, despesas de pessoal, pagamentos de juros, amortização de juros e amortização das dívidas, além da despesa de capital e outras despesas de todos os poderes, seus fundos, dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta. (ASSUMPÇÃO, 2012).

O orçamento de investimento trata-se das empresas que o ente público possui a maioria do capital social. Enquanto o orçamento da seguridade social é o que abarca as receitas de contribuições previdenciárias, despesas decorrentes de pagamento de pensões e aposentadorias, bem como outros gastos referente à previdência, mas também abrange os recursos destinados à saúde e assistência social. Sendo vedado a inclusão nesses orçamentos de matéria que não se trata da fixação de despesa e o estabelecimento da previsão de receita, com exceção da autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operação de crédito (GADELHA, 2017).

Existem diversos princípios orçamentários que fundamentam o processo orçamentário, um deles é o da unidade. Esse princípio estabelece que o orçamento deve conter

em uma única peça todas as receitas e despesas de todos os poderes do ente público. Porém essa definição foi modernizada ao longo do tempo, atualmente estabeleceu-se que o desdobramento dessa peça em vários documentos, desde que estejam interligados, permanecendo com a noção do todo, também obedece ao princípio da unidade orçamentária (CONTI, 2019).

Consequentemente, as receitas e despesas do Poder Judiciário, tanto na lei orçamentária federal, bem como nas estaduais, estão contidas no orçamento fiscal geral do Governo. As despesas recebem diferentes classificações, mas a mais significativa para o contexto do judiciário é a institucional. Pois, é através dela que será identificada de forma nítida as que se referem a esse poder. Tendo em vista, que essa classificação visa esclarecer qual é o poder que é o responsável pela despesa, podendo ser divididos em órgãos e subdivididos em unidades orçamentárias (CONTI, 2019).

O conceito de unidade orçamentária é definido no artigo 14 da Lei nº 4.320 (BRASIL, 1964): “Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias”. Portanto, as dotações orçamentárias serão estabelecidas tendo como referência as atividades e projetos dessa unidade orçamentária. Esse sistema de funcionamento de controle da despesa possibilita uma melhor eficiência na descentralização das tarefas a serem realizados com os recursos públicos.

Na esfera estadual do Poder Judiciário, existem duas unidades orçamentárias: Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça Militar. Os dois podem ser classificados dessa forma pois possuem um centro de planejamento, elaboração orçamentária, execução orçamentária e um controle interno, além de serem competentes pelo planejamento e pela execução de projetos e atividades, podendo inclusive autorizar e empenhar despesas (CONTI, 2019.).

Outra classificação relevante para o cenário judiciário é a classificação funcional. Está prevista no art. 8º, § 2º da Lei nº 4320 (BRASIL, 1964), no qual é estabelecido que a discriminação da despesa deverá ser feita por esse tipo de classificação. De acordo com a Portaria Nº 42 do MOG (BRASIL, 1999): “Função é o maior nível de segregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público”. Essa função é dividida em diferentes subfunções no orçamento público.

Essa portaria estabelece a função “Judiciária”, recebe o código “02”, dividida nas subfunções “ação judiciária” e “Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário”. Outra função que costuma estar relacionada ao Poder Judiciário é a “Essencial à Justiça”, recebe o

código “03”, dividida nas subfunções “Defesa da Ordem Jurídica” e “Representação Judicial e Extrajudicial”. Importante destacar o art. 1º, §4º da Portaria nº 42 da MOG: “As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.”.

A Constituição Federal prevê que o Poder Judiciário tem autonomia financeira e administrativa, conforme consta no art. 99:

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Entretanto, a limitação das despesas do Poder Judiciário leva muitos a questionarem a autonomia financeira. Tendo em vista que o próprio texto constitucional afirma que os limites serão estabelecidos conjuntamente com os demais poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Logo, é necessário que tenha a presença efetiva desse poder na elaboração da LDO, já que é nesse momento que é estipulado os limites de gastos. Mas, normalmente, a autonomia financeira e administrativa fica limitada à estipulação dos programas, projetos e atividades de acordo com os recursos financeiros disponíveis na LDO (CONTI, 2019).

O encaminhamento da proposta orçamentária pelas autoridades judiciárias, consoante consta no art. 99, § 2º da CF, é motivo de alguns questionamentos de quem deve ser o destinatário desse documento. Na esfera federal e no Estado de São Paulo essa peça deverá ser encaminhada ao Poder Executivo. No Estado do Rio de Janeiro a proposta deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo (CONTI, 2019). O jurista Clémerson Cléve (1993, p. 36) faz referência a esse tema:

Não se sabe exatamente se deve o Judiciário encaminhar a proposta diretamente ao Poder Legislativo (a proposta constituiria uma providência assimilável à iniciativa legislativa) ou se, afinal, deve aquele Poder encaminhar referida proposta ao Executivo, detentor da iniciativa privativa da lei orçamentária (art. 165 da CF). A verdade é que, com o primeiro ou com o segundo encaminhamento deve necessariamente ser considerada a proposta do Judiciário que, incluída no projeto de lei orçamentária (pelo Executivo ou já no âmbito do Legislativo), sujeitar-se-á à aprovação dos parlamentares.

Portanto, mesmo quando a proposta do orçamento é encaminhada ao Poder Executivo, não cabe ao mesmo fazer alteração, devendo incluir em sua totalidade à lei orçamentária. A aprovação é de responsabilidade dos parlamentares. Esse é o mesmo entendimento do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2002):

[...]o Poder Executivo não dispõe de competência institucional para introduzir cortes unilaterais na proposta orçamentária que lhe foi encaminhada pelos Tribunais, eis que, nesse tema, o único árbitro da questão é o Poder Legislativo, a quem incumbe, constitucionalmente, a apreciação final do projeto de lei orçamentária.

Somente nos casos em houver o descumprimento pelo Tribunal do limite estabelecido na LDO é que o Poder Executivo poderá realizar cortes na proposta orçamentária do Judiciário, conforme consta no art. 99, § 4º, do CF (CONTI, 2019).

Portanto, o orçamento público é formatado tendo como pilares três leis: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. O Poder Judiciário possui autonomia para elaborar seu próprio orçamento, mas deve obedecer ao limites estabelecidos na LDO. Em conformidade ao princípio orçamentário da unidade, o orçamento deverá ser juntado ao do Poder Executivo, devendo ser apreciado pelos parlamentares que compõem o Poder Legislativo.

2.3 Receita Corrente Líquida

Segundo Araújo e Arruda (2020) a receita pública abrange todo e qualquer recolhimento de recursos feitos pelos entes públicos, realizado sob a forma de numerário e de outros bens representativos de valores, que o governo possui o direito de arrecadar por meio legal. Ademais, também é considerada o numerário que a administração pública receba somente como mero depositário.

A receita corrente é um tipo de receita orçamentária, pois apresenta valores que constam no orçamento público. Ela ocasiona uma variação positiva da situação líquida patrimonial. Ela é composta pelas receitas tributárias, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências (recursos recebidos de outro ente público ou de ente privado, independente de contraprestação direta de bens ou serviços), bem como as derivadas de juros, multas, restituições, indenizações, receitas da dívida ativa, de alienação de bens apreendidos, de aplicações financeiras, entre outras (ARAÚJO; ARRUDA, 2020).

A RCL será apurada por meio da soma das receitas arrecadadas nos últimos onze meses e o mês em referência. O cálculo da RCL estadual é realizado da seguinte maneira:

Total das Receitas Correntes do Estado

(-) Deduções

(-) Transferências constitucionais aos municípios.

(-) Contribuição dos servidores ativos e inativos para a Previdência Social.

(-) Contribuições para o custeio de pensões militares.

(-) Compensação Financeira dos diversos regimes de previdência previstos no art. 201, § 9º, da CF.

= Receita Corrente Líquida Estadual.

A Lei nº 11.494/2007 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa norma legal estabeleceu que no âmbito estadual 20 % das receitas arrecadas serão destinadas a esse fundo federal. Igualmente, foi estabelecido o valor que será repassado pelo governo federal aos estados e municípios, sendo definido de acordo com o número de alunos matriculados nessas unidades federativas. (BRASIL, 2007)

O Manual de Demonstrativos Fiscais (BRASIL, 2020) determina que o Estado deve deduzir o valor repassado para a formação do FUNDEB da RCL, nos casos em que o valor repassado ao fundo seja superior ao valor recebido.

Os limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal têm como referência a RCL. Dessa forma, ela serve de base de cálculo para os limites exigidos por essa lei. Esse valor é divulgado bimestralmente no relatório resumido da execução orçamentária. Logo, a RCL que será utilizada para custear as despesas, inclusive as com pessoal (ABRANTES; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2009).

Diante da importância da RCL, a LRF instituiu novas diretrizes para a fiscalização e o controle desses recursos públicos. Por exemplo, estabelecendo algumas limitações para a concessão ou ampliação dos benefícios tributários que venham a derivar em renúncia de receitas, bem como incentivando a eficiência da administração pública na cobrança da dívida ativa (BRASIL, 2000).

De acordo com Mauro *et al.* (2001, p.26), a previsão das receitas no orçamento devem ser realistas, tendo em vista que será vital para o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LRF. Para esse estudioso, essa lei trouxe uma inversão na lógica do processo orçamentário, pois anteriormente ocorria primeiramente o estabelecimento das despesas, somente depois era elaborada a previsão das receitas que pudesse cobrir os gastos que seriam necessários no ano em referência.

Após a vigência da LRF, existe uma maior ênfase em uma previsão que venha a condizer o mais próximo possível da efetiva arrecadação do ano em referência, utilizando-se principalmente de técnicas matemáticas e estatísticas levando em consideração o contexto econômico. Somente depois será fixado as despesas levando em consideração a receita prevista (ROGERS; SENA, 2007).

Essa mudança é reflexo da forma como o setor público vem buscando gerir os seus recursos. O ajuste fiscal resultante da Lei de Responsabilidade Fiscal modificou o posicionamento da administração pública quando se encontra no cenário de *déficit*, anteriormente o foco era expandir a arrecadação, principalmente por meio do aumento da arrecadação. Diferentemente, essa lei impõe medidas para que o *déficit* seja anulado por meio da redução dos gastos (CORRAR; DINIZ; SANTOS, 2007).

O ente da federação deve constantemente acompanhar o contexto socioeconômico, já que é um dos fatores principais que afeta a sua arrecadação, ainda mais que as receitas são mais suscetíveis a sofrerem oscilações negativas do que as despesas que geralmente são mais fixas, como por exemplo, as despesas com pessoal. Esse fator requer que o administrador público faça um bom gerenciamento dos gastos diante de eventual previsão de alteração da sua fonte de arrecadação, para que assim diminua os riscos de ter um desequilíbrio orçamentário (ANJOS; BARTOLUZZIO; RODRIGUES, 2018).

Quando o governo apresenta um *déficit* público persistente, acaba resultando em um acúmulo da sua dívida, gerando impactos negativos na economia. Pois, o governo normalmente acaba gerando o aumento do endividamento para cobrir o *déficit*, gerando a elevação da sua taxa dos juros para que possa financiar suas dívidas. Esse cenário provoca uma menor taxa de crescimento do PIB e uma incerteza da capacidade do governo de honrar seus compromissos.

A LRF trouxe mais um diferencial ao instituir medidas visando um equilíbrio orçamentário nos estados e municípios. Tendo em vista a estrutura federativa do Brasil, não basta somente o governo federal apresentar um *superávit*, mas os outros entes federativos igualmente devem possuir uma situação fiscal estável. O desequilíbrio orçamentário acabou gerando a crise fiscal enfrentada por alguns Estados na segunda metade da década de 1990 (GIUBERTI, 2005).

Alinhado à LRF como balizador de indicadores percentuais de gastos, a RCL é vital no cenário do equilíbrio fiscal. Logo, a previsão da receita deve ser realista, além de ter o seu devido acompanhamento na execução orçamentária, para que sendo o caso, o gestor público possa efetuar eventual ajuste dos gastos.

2.4 Despesa com Pessoal

2.4.1 Evolução Histórica do Controle da Despesa com Pessoal

Na Constituição do Brasil de 1891 houve um grande avanço no controle das finanças públicas, pois houve a criação do Tribunal de Contas. Nessa Carta Magna, já previa o equilíbrio orçamentário e concedia ao Congresso Nacional a prerrogativa exclusiva de fixar os vencimentos dos servidores. Um avanço significativo para o controle da despesa com pessoal aconteceu na Constituição de 1967, pela primeira vez estabeleceu o limite para essa dotação orçamentária, estabeleceu que essa despesa não poderia ultrapassar 50 % das receitas correntes (DIAS, 2009).

A Carta Magna de 1988 estabeleceu alguns instrumentos para controle do endividamento, orçamento público e despesa com Pessoal. Nessa Constituição também constou que caberia à Lei Complementar definir os limites para Despesa Com Pessoal dos entes federativos. Sendo que essa regulamentação só ocorreu no ano de 1995, através da Lei Camata I, definiu o limite como sendo 60 % da Receita Líquida. Em 1998, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 19, estatuiu mecanismos que serão acionados em caso de descumprimento do limite (DIAS, 2009).

Posteriormente, a Lei Camata II diminuiu o limite global da União para 50%. Finalmente, em 2000, foi promulgada a Lei Complementar nº 101 (BRASIL, 2000), a LRF, sendo a que se encontra em vigor. Essa lei foi fundamental para o controle dessa despesa, pois instituiu novos dispositivos mais detalhados e que abrange todos os entes públicos. (DIAS, 2009).

Percebe-se, então, que a gestão pública da despesa com pessoal só ganhou mais destaque no cenário de ajuste fiscal neste século. Até o ano de 1967, não era estabelecido nenhum limite para essa despesa, somente com a CF daquele ano que houve a instituição desse marco levando em consideração as receitas correntes. Mas foi somente a parte da LRF que houve a adoção de ferramentas de controle dessa despesa que abrangem toda a administração pública.

2.4.2 Despesa com Pessoal na LRF

De acordo com a LRF, Despesa Total com Pessoal é a soma dos gastos do ente público com os ativos, inativos, pensionistas, referentes a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros do Poder. As espécies remuneratórias que

englobam esse cálculo envolvem tanto os vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reforma e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência (SILVA, 2015).

Segundo o art. 19, §1º da LRF, as seguintes despesas com pessoal no âmbito estadual não deverão ser incluídas no cálculo para cumprimento do limites: indenização por demissão de servidores ou empregados e incentivos à demissão voluntária, bem como com os ativos e pensionistas em que os recursos sejam provenientes: arrecadação de contribuição dos segurados e das transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência (BRASIL, 2000).

A LRF fixou os seguintes limites percentuais da Despesa Total com Pessoal para os entes federativos e seus poderes em relação à RCL:

	Federal	Estadual	Municipal
Executivo	40,9 %	49 %	54 %
Judiciário	6 %	6 %	-
Legislativo	2,5 %	3 %	6 %
Ministério Público	0,6 %	2 %	-
Total	50 %	60 %	60%

Tabela 1 – Limites Percentuais da Despesa Total com Pessoal dos Poderes dos Entes Federativos

Fonte: Elaborado pelo autor

A grande novidade introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi dividir o limite máximo para despesa com pessoal entre os poderes. Outra inovação foi criar os limites de alerta e prudencial, sendo o primeiro definido como sendo 90% do limite máximo e o segundo como sendo 95% do máximo permitido para despesa com pessoal. Além da utilização desses limites como medida de controle, a LRF apresenta outras medidas também, por exemplo, a vedação do aumento dessa despesa nos últimos 180 dias do mandato eletivo (PLATT NETO; SOUZA, 2012).

Ao atingir o limite de alerta, o Tribunal de Contas competente notificará o poder responsável pela despesa. Caso atinja o limite prudencial, esse poder sofrerá as seguintes restrições conforme art. 22, parágrafo único, da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra

A verificação do cumprimento desses limites é realizada ao final de cada quadrimestre por meio do Relatório de Gestão Fiscal. No caso que o Poder ultrapassar o limite máximo, este sofrerá restrições mais severas e o percentual excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, caso no ano em questão o PIB for menor que 1% ou negativo, esse prazo será o dobro (BRASIL, 2000).

O art. 169, §3º ao §5º, da CF estabelece as seguintes medidas que deverão ser adotadas pelos entes para restabelecer o valor da despesa com pessoal em caso de descumprimento do limite:

§3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

Logo, caso o ente público ultrapasse o limite com a despesa com pessoal deverá reduzir em no mínimo 20% os cargos comissionados e funções de confiança, em sequência poderá exonerar os servidores não estáveis, podendo em último lugar inclusive exonerar os servidores estáveis.

A LRF institui as seguintes restrições enquanto não restabelecer o valor dessa despesa ao limite permitido: vedação de receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito, com exceção das destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que tem como objetivo reduzir as despesas com pessoal (BRASIL, 2000).

Verifica-se, portanto, que a LRF foi essencial para o controle da despesa com pessoal no cenário público. Tendo em vista, que trouxe diversas inovações para manter essa despesa em conformidade ao equilíbrio fiscal. Além de facilitar a sua melhor gestão, ao instituir limites para todos os Poderes dos entes federativos.

2.5 Poder Judiciário

A função do Poder Judiciário é julgar os conflitos da sociedade, consoante a lei, através de processos judiciais, sendo esses de iniciativa da parte interessada. Tem o objetivo de assegurar o direito das pessoas e promover a justiça. Esse Poder é dividido em justiça especializada e na comum (DPJ, 2019).

A justiça especializada subdivida em justiça trabalhista, eleitoral e militar. A justiça comum é subdivida na justiça federal e estadual. Essa última julga todas as ações judiciais que não sejam de competência da justiça especializada ou federal, o que acaba resultando que a maioria dos processos judiciais esteja tramitando na justiça estadual. Consequentemente, ela é estruturada por 64,7% das unidades judiciárias de primeira instância de todo o Poder Judiciário (DPJ, 2019).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) classifica os tribunais por porte dentro de cada ramo de justiça. Essa classificação é feita tendo como base as despesas totais, casos novos, processos pendentes e número de magistrados e servidores. Resultando em um agrupamento de três categorias: grande porte, médio porte e pequeno porte. Os TJs estaduais que compõem o grupo de Grande Porte, são os dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses tribunais estaduais concentram 64 % do Produto Interno Bruto (PIB) e 51% da população brasileira (DPJ, 2019).

Ademais, a categoria dos TJs Estaduais de Grande Porte possui a maior força de trabalho do Poder Judiciário. No ano de 2018, os cinco Estados que compunham essa categoria possuíam 6.305 magistrados e 157.748 entre servidores e auxiliares. Considerando tanto a Justiça Estadual como a Federal, nela atuava nesse ano 44 % dos magistrados e 47 % dos servidores do Judiciário (DPJ, 2019).

3 METODOLOGIA UTILIZADA

Visando atingir o objetivo desse trabalho será realizada a análise da relação da RCL e da Despesa Total com Pessoal por meio da verificação da variação dessa receita e despesa ao longo do período de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. Essa análise utilizará também de técnicas estatísticas.

A abordagem desta pesquisa é quantitativa, pois segundo Michel (2015) a pesquisa quantitativa se limita à leitura e interpretação dos números, já que ela não considera a influência de fatores relacionados ao contexto, à visão, valores dos sujeitos envolvidos, nem outras variáveis que possam ter interferido no objeto da pesquisa, diferente da abordagem qualitativa.

Ademais, a pesquisa quantitativa tem as seguintes características específicas: variáveis predeterminadas, análise dos dados efetuada através de técnicas estatísticas, alto índice de generalização e o pesquisador assume um papel mais neutro em relação ao objeto do estudo (APPOLINÁRIO, 2012).

Esse estudo utilizou técnicas da estatística descritiva, para auxiliar na interpretação dos dados obtidos nessa pesquisa. Houve o cálculo da média da Despesa Total com Pessoal e da RCL. Também houve a realização do cálculo da variância e do desvio padrão, favorecendo a análise da dispersão dos dados ao longo do período explorado nesse trabalho. Além disso foi efetuada a correlação das variáveis da Despesa Total com Pessoal e da RCL, sendo a receita a variável independente e a despesa a variável dependente.

A classificação da metodologia da pesquisa é a base para compreender os procedimentos que foram executados no estudo. Levando em consideração os procedimentos técnicos, segundo Gil (2009) a pesquisa é considerada bibliográfica quando é elaborada por meio de material já publicado. Dessa forma, segundo Dalberio e Dalberio (2009) esse tipo de pesquisa permite o acesso do pesquisador a uma variedade de fontes que estejam relacionados ao tema do seu trabalho. Logo, esta pesquisa é bibliográfica, pois se utilizou de artigos científicos publicados, dissertações, livros e sites.

A pesquisa também é classificada como sendo do tipo documental, a qual é definida como sendo uma coleta de documentos que não receberam tratamento analítico (MATIAS-PEREIRA, 2019). Portanto, essa pesquisa também pode ser classificada como documental, tendo vista que os dados dessa pesquisa foram obtidos por meio dos relatórios de gestão fiscal

dos TJs Estaduais de Grande Porte e os relatórios resumidos de execução orçamentária desses estados.

Uma das mais importantes classificações é referente a estrutura básica da pesquisa. Segundo Appolinário (2012), a análise de pesquisa que discorre sobre essa realidade sem fazer nenhuma interferência nela é considerada do tipo descritiva. Para Lozada e Nunes (2018), o objetivo básico desse tipo é a descrição das características do assunto estudado. O pesquisador pode inclusive estabelecer relações entre as variáveis.

Assim, diante desse contexto esta pesquisa é descritiva. Pois, este estudo explana sobre a relação entre a despesa total com pessoal e a RCL, bem como sobre a observância dos limites dessa despesa definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, não houve alteração dos dados por meio de algum experimento visando explicar a causa para os fenômenos que constam neste estudo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção será analisada a relação da Despesa Total com Pessoal dos Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte com a RCL desses Estados entre o período de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. O objetivo principal será verificar se o TJMG, TJPR, TJRJ, TJRS e o TJSP cumpriram os limites estabelecidos na LRF.

4.1 Minas Gerais

Nesta subseção será explorada a evolução da RCL do Estado de Minas Gerais, bem como a da Despesa Total Com Pessoal do Tribunal Estadual desse Estado no período analisado nesse trabalho. Por último será analisado a relação entre elas.

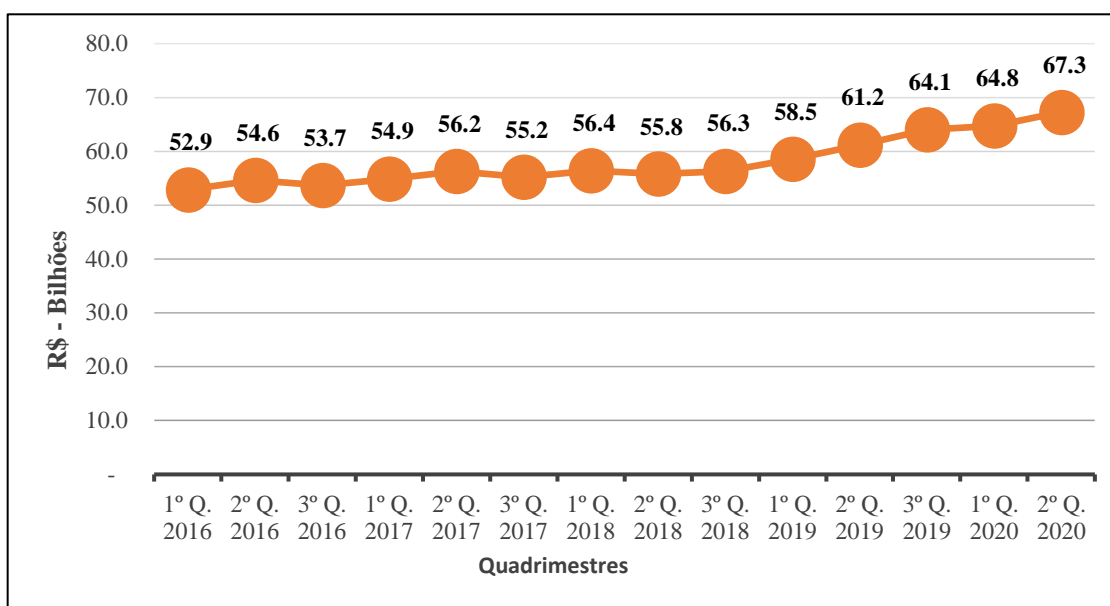


Gráfico 1: Receita Corrente Líquida do Estado de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelo autor

A RCL de Minas Gerais evoluiu positivamente no período analisado, sendo que a variação entre o 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020 foi de 27,22%. O período que teve o maior aumento percentual foi no 3º quadrimestre de 2019, cuja evolução foi de 4,67%. A RCL diminuiu em poucos quadrimestres, sendo os seguintes: o 3º quadrimestre de 2016, 3º quadrimestre de 2017 e os 2º quadrimestre de 2018, nos demais

sempre houve uma variação positiva. O quadrimestre que teve a maior variação negativa foi o 3º quadrimestre de 2017, apresentando uma oscilação de aproximadamente 1,9%.

A arrecadação tributária do acumulado de maio/2015 até abril/2016 em comparação com o acumulado dos últimos doze meses até agosto/2020 apresentou uma variação positiva de 36,7%. Entretanto, analisando somente a partir de janeiro/2019, foi verificado que houve uma variação negativa de 2,23% no acumulado entre julho/2019 até agosto/2020 em relação ao que foi arrecadado no ano de 2019. A arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi o responsável por essa oscilação negativa, pois foi o único imposto que teve um decréscimo em sua arrecadação (-2,4%).

As transferências correntes referentes ao período de maio/2015 até abril/2016 em comparação com os últimos doze meses até agosto/2020 tiveram uma variação positiva de aproximadamente de 40%. A transferência classificada como outras transferências correntes que foi a maior responsável por essa oscilação. Pois, a variação dessa transferência representou aproximadamente 55% da valor total que foi acrescida nesse período.

O valor das deduções da RCL do período analisado apresentou uma variação positiva de 28,19%. Em termos percentuais, a dedução que teve a maior variação positiva foi a de contribuição para o Plano de Previdência do Servidor, oscilação de aproximadamente 40 %.

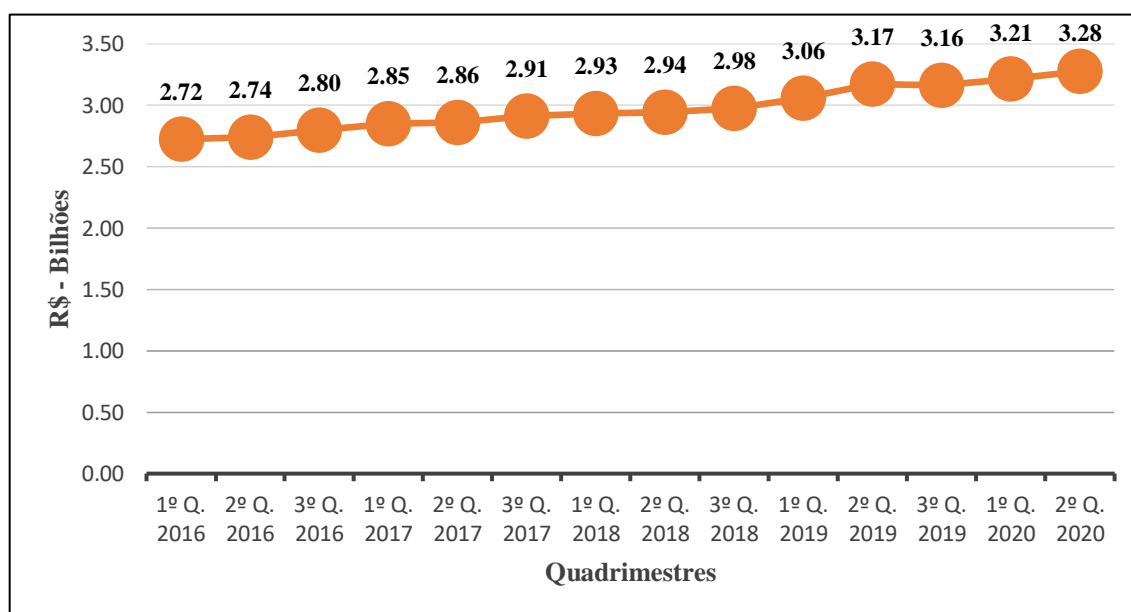


Gráfico 2 - Despesa Total com Pessoal - TJMG

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa total com pessoal do Tribunal de Justiça apresentou aumento em praticamente todos os quadrimestres do período analisado, com exceção do 3º quadrimestre

de 2019. A variação total em termos percentuais foi de 20%. O quadrimestre que apresentou a maior oscilação positiva foi o 2º quadrimestre de 2019, com 3,74%. No 2º quadrimestre de 2020, 13,5% da despesa com pessoal foi destinada para o pagamento do pessoal inativo e pensionistas.

Constam no Relatório de Gestão Fiscal despesas que não são computadas, ou seja, são subtraídas da despesa total com pessoal, uma delas é a Despesa de Exercícios Anteriores, ou seja, de período anterior ao da apuração. O valor dessa despesa no 2º quadrimestre de 2020 representava aproximadamente 23% da despesa total com pessoal líquida. Essa despesa teve uma variação negativa de 4,25% em relação ao 1º quadrimestre de 2016.

O terceiro quadrimestre de 2019 foi o único período que apresentou uma variação negativa na despesa total com pessoal líquida, de 0,33%. Entretanto, não houve uma diminuição dessa despesa no seu valor bruto, pelo contrário aumentou neste período. Na realidade, o que ocasionou essa oscilação negativa foi o aumento da Despesa de Exercícios Anteriores, que é deduzida do valor da despesa total de pessoal, ela teve um acréscimo de aproximadamente 38%.

No período do 1º quadrimestre de 2019 ao 2º quadrimestre de 2020 teve um considerável aumento dessa despesa, somente esses cinco quadrimestres tiveram um aumento de 50% da variação total do período analisado. Destaca-se os dois primeiros quadrimestres de 2019 que apresentaram as duas maiores oscilações positivas do período. O segundo quadrimestre de 2020 foi a quarta maior oscilação positiva do período analisado.

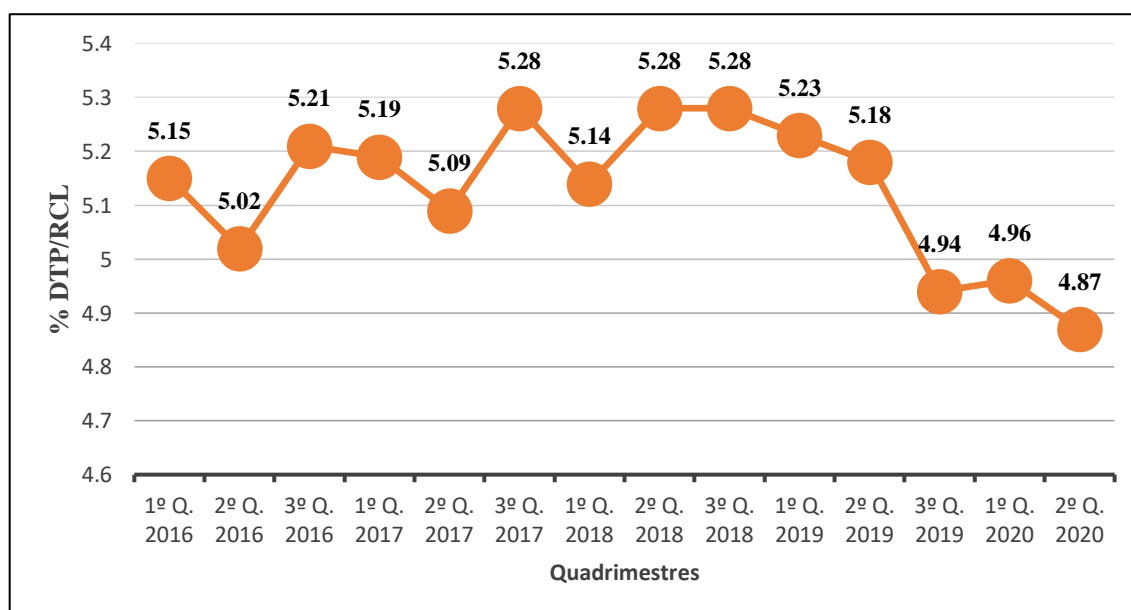


Gráfico 3 - % Despesa Total com Pessoal/RCL - TJMG

Fonte: Elaborado pelo autor

No período analisado, do 1º quadrimestre de 2016 ao 2º segundo quadrimestre de 2020, a despesa com pessoal ficou dentro do limite estabelecido pela LRF. Em nenhum quadrimestre chegou a atingir sequer o limite de alerta. Percebe-se que houve uma queda da razão entre a despesa com pessoal e a RCL. Isso se deve pelo aumento da última nesse período, já que a despesa total de pessoal praticamente aumentou em todos os quadrimestres.

Os quadrimestres que o TJMG atingiu os piores resultados na gestão da despesa total com pessoal foram: 3º quadrimestre de 2017 e os dois últimos de 2018. Isso ocorreu porque houve um aumento da despesa total com pessoal em contrapartida com uma redução da RCL. O segundo quadrimestre de 2020 teve o melhor desempenho fiscal em termos de despesa com pessoal, o Tribunal de Justiça destinou 4,87% da RCL para esse tipo de despesa. Essa situação aconteceu em consequência ao aumento de 3,9% da RCL em comparação ao quadrimestre anterior.

O maior aumento da razão da despesa com pessoal e a RCL que ocorreu no terceiro quadrimestre de 2016 foi causado pela queda da RCL em 1,5% e o aumento de 2% dessa despesa. Outro quadrimestre que apresentou um elevado aumento dessa razão foi no 3º quadrimestre de 2017, quando ocorreu uma queda da RCL em 1,9% e o aumento da despesa total com pessoal em 1,7%. Portanto, nota-se que mesmo pequenas oscilações nessa despesa e receita quando ocorreram de forma inversa no mesmo período causaram uma piora significativa do resultado da gestão fiscal.

A melhora do resultado da gestão fiscal no 3º quadrimestre de 2019 foi derivada do aumento de 4,7% da RCL e a queda de 0,3% da despesa com pessoal. Logo, nota-se que o desempenho da gestão fiscal do TJSP em termos de despesa com pessoal no período analisado nesse trabalho encontra-se dependente quase exclusivamente da RCL estadual. Esse desempenho foi beneficiado também pelos aumentos da RCL nos últimos quadrimestres, fazendo com que o percentual ficasse abaixo dos 5%.

4.2 Paraná

Nesta subseção será explorada a evolução da RCL do Estado do Paraná, bem como a da Despesa Total Com Pessoal do Tribunal Estadual desse Estado no período analisado nesse trabalho. Por último será analisado a relação entre elas.

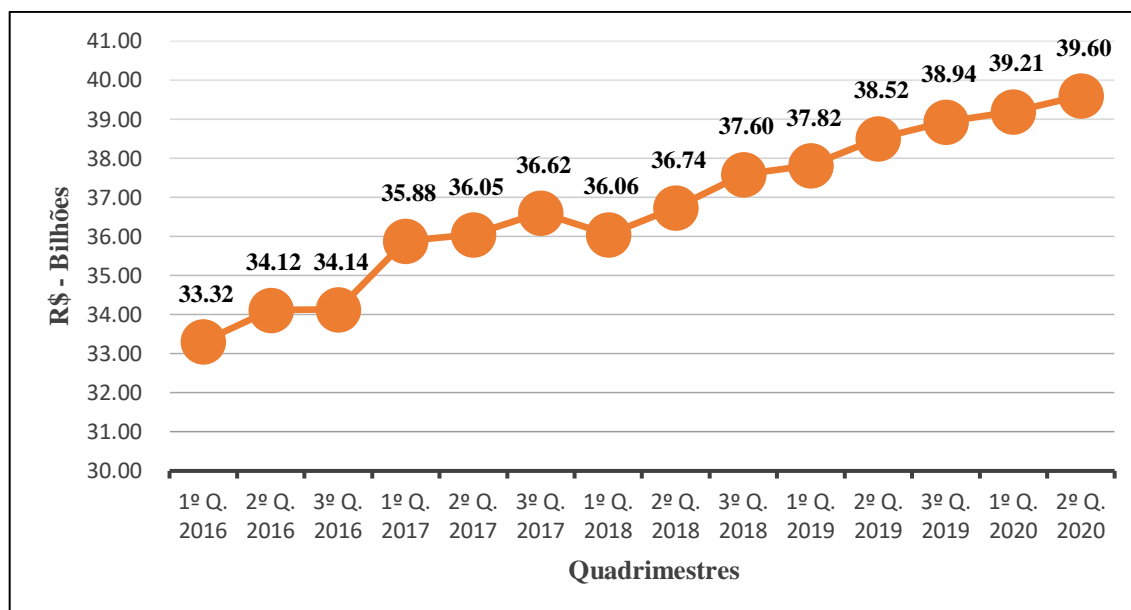


Gráfico 4: Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná
Fonte: Elaborado pelo autor

A RCL no período do 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020 apresentou uma alavancagem de aproximadamente 20 %. Destaca-se o primeiro semestre de 2017 que apresentou uma variação positiva de 5,12 %. Essa oscilação foi causada principalmente pelo aumento da arrecadação tributária, mais especificamente derivada do aumento do recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que teve uma variação de 6,3 % em relação ao terceiro semestre de 2016.

O único quadrimestre que apresentou queda na RCL foi o primeiro quadrimestre de 2018, teve uma oscilação negativa de 1,5 %. Essa variação foi originada também, sobretudo, pela oscilação do ICMS, nesse quadrimestre a arrecadação desse imposto foi negativa em 3,3 %. O recolhimento desse tributo também teve uma queda de 2,2 % no segundo quadrimestre de 2020. Entretanto, nesse período o que favoreceu para que não houvesse a diminuição da RCL foi o aumento das transferências.

As transferências correntes no segundo quadrimestre de 2020 teve uma variação positiva de 12 % em comparação ao quadrimestre anterior. Esse aumento se deu principalmente pelo acréscimo de “Outras transferências correntes”, que teve uma variação de 67,5 % nesse mesmo período. A variação percentual das transferências correntes do segundo quadrimestre de 2020 em relação ao primeiro quadrimestre de 2016 foi positiva em 33,3 %.

As deduções apresentaram uma variação positiva de 12,33% no segundo quadrimestre de 2020 em comparação ao primeiro quadrimestre de 2016. A dedução que teve

a maior variação nesse período foi a de contribuição para o plano de previdência do servidor, aproximadamente 28 %.

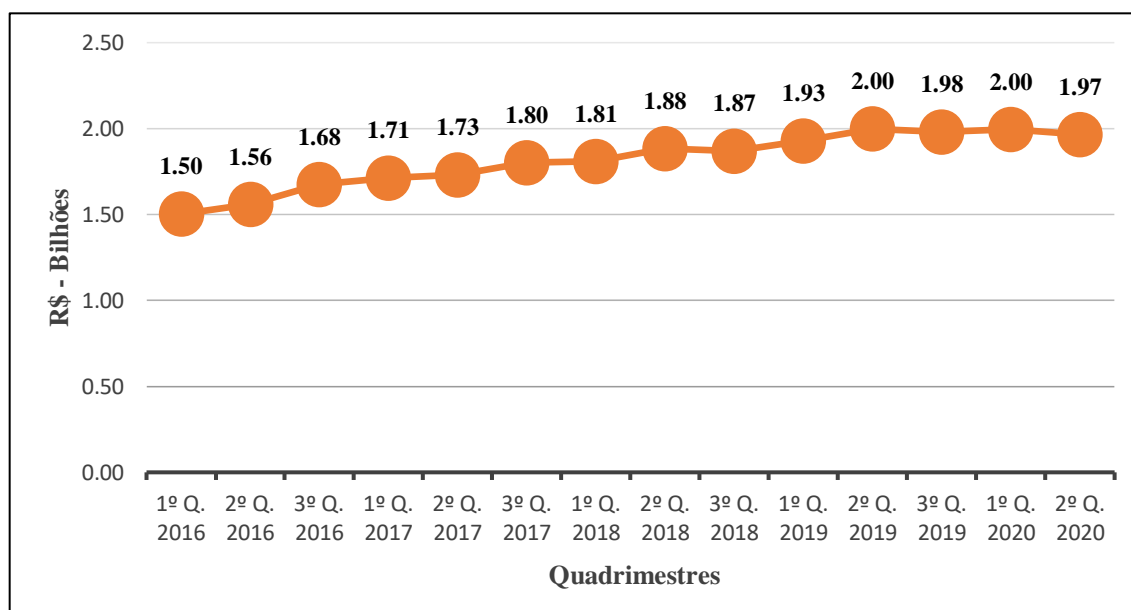


Gráfico 5 - Despesa Total com Pessoal - TJPR

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa total com pessoal do TJPR teve uma evolução de 30,8 % no período entre o 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. Ocorreu variação positiva praticamente em todos os quadrimestres, com exceção do 3º quadrimestre de 2018, 3º quadrimestre de 2019 e o 2º quadrimestre de 2020 que tiveram oscilação negativa. Destaca-se o 3º quadrimestre de 2016 que teve o maior aumento percentual em 7,4 %. O 2º quadrimestre de 2020 que apresentou a maior oscilação negativa, em 1,5%.

No 2º quadrimestre de 2020, aproximadamente 15% do valor da despesa líquida total com pessoal era destinado para o regime previdenciário. Praticamente é a mesma proporção que era transferida no 1º quadrimestre de 2016, quando representava 15,9% dessa despesa. Logo, o aumento da despesa total com pessoa nos últimos anos nesse tribunal não vem sendo causado pelo valor que é destinado ao regime dos inativos e pensionistas, mas na realidade pelo aumento dessa despesa com os servidores e magistrados em atividade.

No 3º quadrimestre de 2016, no qual ocorreu a maior variação positiva, a despesa bruta com Pessoal Ativo teve uma alavancagem de 8,15% em relação ao quadrimestre anterior. Em quase 50% dos quadrimestres analisados neste trabalho, em 6 dos 14, a despesa com pessoal líquida do TJPR aumentou mais de 3%, sendo que em 2 desses quadrimestres a oscilação foi acima dos 4%.

O único quadrimestre que apresentou decréscimo na despesa com Pessoal Ativo bruta foi justamente o que apresentou a maior variação negativa da despesa total com pessoal líquida, o 2º quadrimestre de 2020. Houve uma oscilação negativa de 1,47%. Nos outros quadrimestres que ocorreram variações negativas na despesa total, foi devido a diminuição do valor destinado ao regime previdenciário.

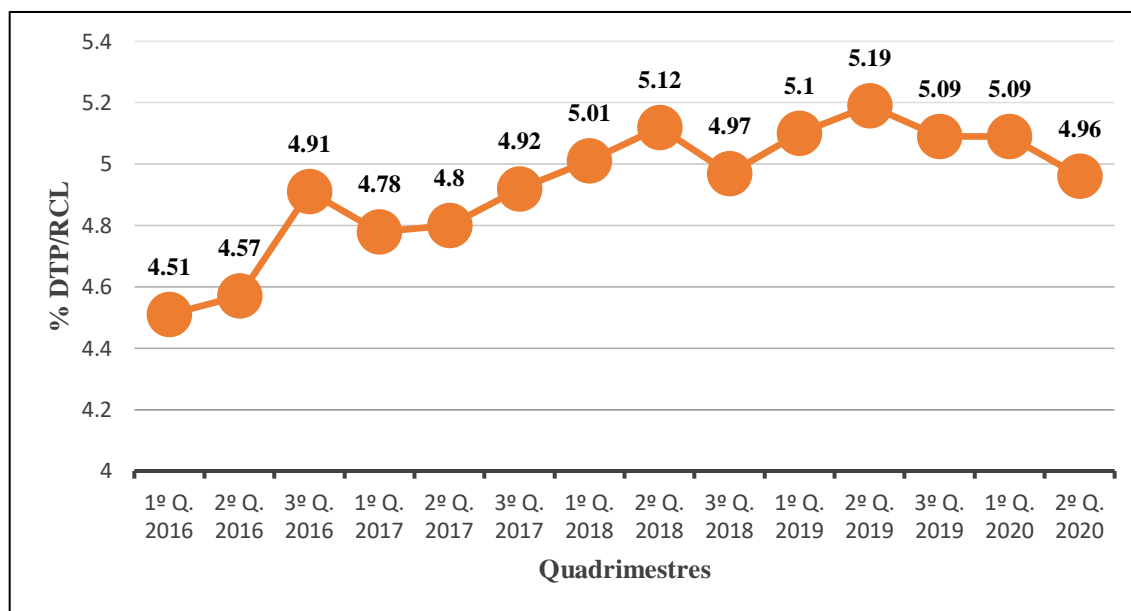


Gráfico 6 - % Despesa Total com Pessoal/RCL - TJPR

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa com pessoal permaneceu dentro do limite estabelecido pela LRF no período analisado no trabalho, do 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. Entretanto, percebe-se que houve uma piora da gestão fiscal, ou seja, ocorreu um aumento da despesa com pessoal em relação a RCL. Essa situação ocorreu principalmente pela alavancagem da despesa com pessoal nesse período. Logo, o aumento da RCL no período favoreceu para que essa relação não ultrapassasse o limite determinado na LRF.

No terceiro quadrimestre de 2016 ocorreu um significativo aumento dessa razão devido ao aumento de 7,4% da despesa com pessoal e cumulado com um pequeno acréscimo de 0,05% da RCL. No quadrimestre seguinte teve uma melhora da gestão fiscal, influenciado principalmente pelo aumento significativo de 5,12% da RCL, enquanto houve um acréscimo menor da despesa com pessoal de 2,3%. Nos quadrimestres seguintes, houve um aumento constante dessa razão, até o 2º quadrimestre de 2018.

No 3º trimestre de 2018 houve uma melhora da gestão fiscal favorecida principalmente pela diminuição da despesa com pessoal em 0,72%, sendo um dos poucos

trimestres em que ocorreu essa queda. Os outros quadrimestres em que ocorreram o decréscimo dessa despesa foi no 3º quadrimestre de 2019 e no 2º quadrimestre de 2020, justamente nesses períodos ocorreu a melhoria da gestão fiscal.

Logo, nota-se que durante o período analisado no trabalho o que favoreceu para que o limite da despesa com pessoal permanecesse em conformidade com a lei de responsabilidade fiscal foi o aumento da RCL quase constante durante os quadrimestres, somente em um quadrimestre não houve o aumento dessa receita. A relevância dessa evolução fica mais nítida ao observar que houve o aumento quase constante da despesa com pessoal, o que poderia ter causado que o limite dessa despesa fosse além do que é permitido pela legislação, caso não tivesse em contrapartida um aumento da RCL.

4.3 Rio de Janeiro

Nesta subseção será explorada a evolução da RCL do Estado do Rio de Janeiro, bem como a da Despesa Total Com Pessoal do Tribunal Estadual desse Estado no período analisado nesse trabalho. Por último será analisado a relação entre elas.

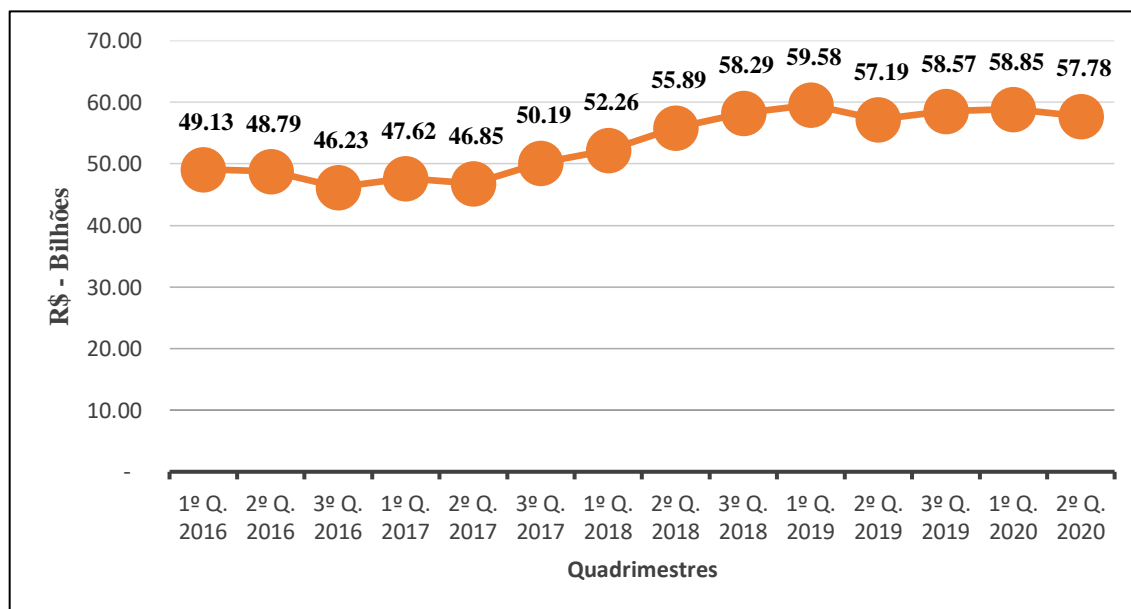


Gráfico 7: Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelo autor

No período do 1º quadrimestre de 2016 até o 2º quadrimestre de 2020 houve um aumento da RCL em 17,6%. Mas essa receita não teve um aumento contínuo ao longo dos quadrimestres, até o 2º quadrimestre de 2017 houve uma queda da arrecadação em relação ao

1º quadrimestre de 2016. Somente a partir do 3º quadrimestre de 2017 que a RCL aumentou, cenário que persistiu até o 1º quadrimestre de 2019. Nota-se que analisando somente esse período o aumento dessa receita foi de 27,17% em comparação ao 2º quadrimestre de 2017.

O quadrimestre que apresentou a maior variação positiva foi justamente o 3º quadrimestre de 2017, teve uma oscilação de 7,12 %. Isso se deve principalmente pelo aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e da conta “outras receitas correntes”. O tributo teve um incremento de 2,29% em seu recolhimento no estado do Rio de Janeiro, representando 21,6% da variação total desse período. Enquanto a conta de “outras receitas correntes” teve um acréscimo de 60,6%, representando 36% da oscilação total entre esses dois quadrimestres.

Esse período em que a RCL teve um aumento contínuo foi devido principalmente ao incremento da arrecadação do ICMS ao longo desse período. O acumulado desse tributo no 1º quadrimestre de 2019 foi 22,07% superior ao valor do 2º quadrimestre de 2017. Ocorreu uma diminuição da RCL de 4 % no 2º quadrimestre de 2019 devido à diminuição da arrecadação do ICMS. Essa receita voltou a apresentar uma queda no 2º quadrimestre de 2020, de 1,8%.

Essa diminuição da RCL no 2º quadrimestre de 2020 seria maior, caso não fosse o aumento das transferências correntes de 24,7% em relação ao quadrimestre anterior. Essa alavancagem foi devido a transferência efetuada pela União, conforme determinou a Lei Complementar nº 173/2020 (BRASIL, 2020) que estipulou um pacote de ajuda aos estados e municípios pela efeitos na economia causados pela pandemia gerada pelo COVID-19.

No período analisado nesse estudo também ocorreu um elevado aumento das deduções, esse valor acumulado no 2º quadrimestre de 2020 era 15,3% superior ao acumulado no 1º quadrimestre de 2016. Sendo que nesse quadrimestre mais recente as transferências constitucionais representavam 55,06% da totalidade das deduções.

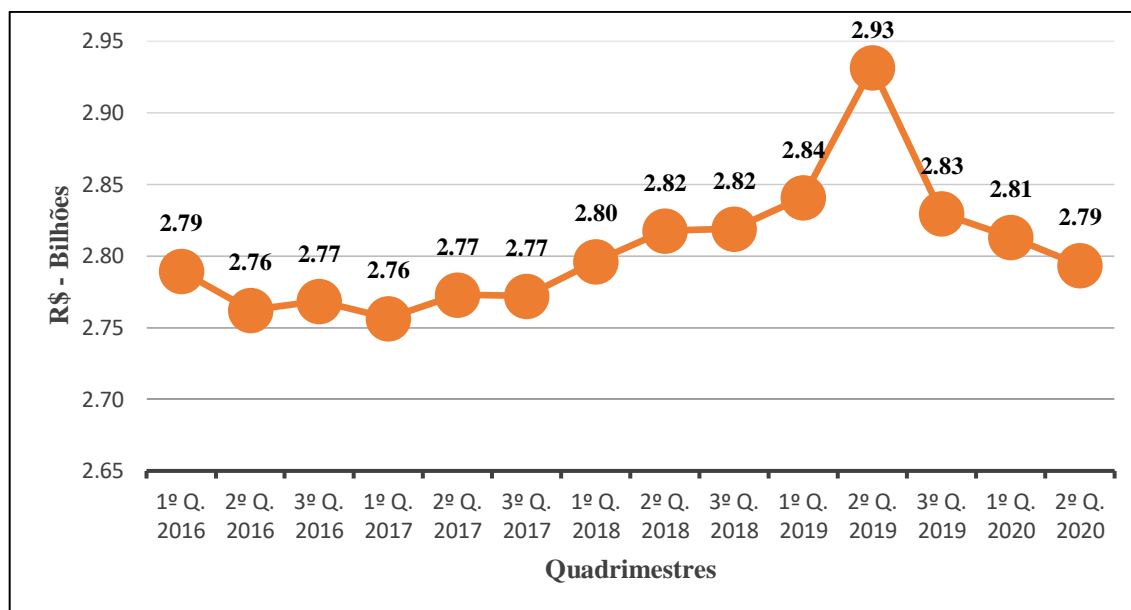


Gráfico 8 - Despesa Total com Pessoal - TJRJ

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa total com pessoal apresentou oscilações ao longo do período analisado nesse trabalho, mas o último quadrimestre dessa linha temporal apresentou praticamente o mesmo valor do primeiro quadrimestre. No 2º quadrimestre de 2016 houve uma pequena queda de aproximadamente 1% dessa despesa, voltando a ter uma oscilação mais significativa no 1º quadrimestre, quando apresentou uma variação positiva de 0,88% em comparação ao quadrimestre anterior.

A partir do 1º quadrimestre de 2018 até o 2º quadrimestre de 2019 houve um contínuo aumento dessa despesa. O aumento mais significativo em todo o período analisado foi no 2º quadrimestre de 2019, momento em que ocorreu um acréscimo de 3,2%. Essa oscilação foi causada pela variação da conta de “vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis”, nesse quadrimestre teve oscilação de 4,63%.

No 3º quadrimestre de 2019 houve uma queda significativa dessa despesa de aproximadamente 3,5%. Nos dois quadrimestres de 2020 houve novas variações negativas, retornando ao valor do início do período analisado nesse trabalho. Portanto, verifica-se que a despesa total com pessoal líquida do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com exceção do 2º quadrimestre de 2019, permaneceu praticamente de forma uniforme desde o 1º quadrimestre de 2016 até o 2º quadrimestre de 2020.

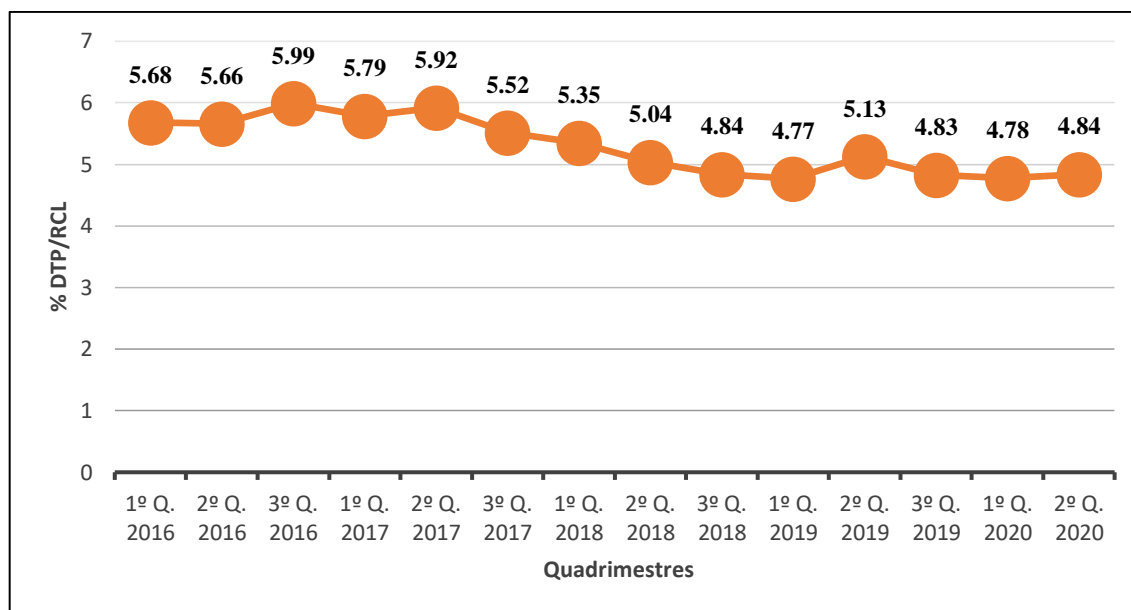


Gráfico 9 - % Despesa Total com Pessoal/RCL - TJRJ

Fonte: Elaborado pelo autor

A Despesa total com pessoal iniciou o período analisado acima do limite de alerta, quase atingindo o limite prudencial, 5,68% da RCL estadual estava sendo comprometida com essa despesa do Tribunal de Justiça. A situação fiscal ficou pior no 3º quadrimestre de 2016, quando quase atingiu o limite máximo dessa despesa. Esse fato ocorreu devido à diminuição significativa da RCL de 5,25% em relação ao quadrimestre anterior.

A nota explicativa do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 forneceu como justificativa ter ultrapassado o limite prudencial nesse período a queda acentuada da RCL. Nota-se mesmo a despesa com pessoal não tendo sofrido praticamente oscilação nesse período, verifica-se que devido à oscilação negativa da RCL quase ultrapassava o limite estabelecido na LRF, ou seja, quando ocorrem oscilações negativas da arrecadação tributária interfere negativamente na situação fiscal, caso não ocorra em paralelo uma diminuição da despesa total com pessoal.

No 1º quadrimestre de 2017 houve uma melhora da gestão fiscal, mas a despesa com pessoal ainda permaneceu acima do limite prudencial. Essa mudança foi devida tanto à diminuição da despesa com pessoal, como pelo aumento da RCL, mas principalmente por essa última que teve uma alavancagem de 3%. As notas explicativas do relatório de gestão fiscal desse quadrimestre não informaram que a despesa com pessoal tinha ultrapassado o limite prudencial, nem mesmo trouxeram medidas que o Tribunal estava adotando para retomar esse valor abaixo do limite de alerta.

No 2º quadrimestre de 2017 voltou a piorar a situação fiscal do Tribunal, a razão da despesa com pessoal e a RCL atingiu o patamar de 5,92%, muito perto do limite máximo de 6%. Esse agravamento se deu principalmente por mais uma queda da RCL, de 1,6%. Mais uma vez as notas explicativas do relatório de gestão fiscal não trouxeram nenhuma informação sobre essa situação e nem apresentaram as medidas que estavam sendo adotadas pelo Tribunal para readequar abaixo do limite de alerta.

No 3º quadrimestre de 2017 ocorreu uma melhora significativa da gestão fiscal, depois de três quadrimestres a despesa total com pessoal ficou abaixo do limite prudencial, mas permaneceu acima do limite de alerta. Essa melhora aconteceu principalmente pelo aumento significativo de 7,12% da RCL, sendo que a despesa total com pessoal permaneceu praticamente estável em relação ao acumulado do quadrimestre anterior. Pela primeira vez a relação entre essa despesa e essa receita melhorou em relação ao 1º quadrimestre de 2016.

Pela primeira vez, no 1º quadrimestre de 2018 a despesa total com pessoal ficou abaixo do limite de alerta, a razão dessa despesa com a RCL ficou em 5,04%. Essa melhora acentuada da gestão fiscal se deu pela alavancagem da RCL em 4,1%. Mesmo a despesa com pessoal tendo um aumento nesse período de 0,9%, acabou não afetando a melhora do desempenho da gestão fiscal, tendo em vista a elevada oscilação positiva da RCL.

O ciclo de melhora da situação fiscal do Tribunal permaneceu até o 1º quadrimestre de 2019, quando apresentou o melhor resultado de todo o período analisado, a relação da despesa total com pessoal e a RCL ficou em 4,77%. No quadrimestre seguinte apresentou uma piora da gestão fiscal, devido à queda da RCL e paralelamente foi o período que ocorreu o maior aumento da despesa com pessoal. Mas no 3º quadrimestre de 2019 voltou a ter uma melhora da gestão fiscal, cenário que permaneceu estável até o 2º quadrimestre de 2020.

Portanto, a gestão fiscal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi mais influenciada pelas oscilações da RCL, tendo em vista que a despesa total com pessoal teve pequenas alterações nos quadrimestres analisados. Nos períodos em que houve uma baixa arrecadação tributária fez com que a despesa com pessoal ultrapassasse o limite de alerta e até mesmo o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.4 Rio Grande do Sul

Nesta subseção será explorada a evolução da RCL do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a da Despesa Total Com Pessoal do Tribunal Estadual desse Estado no período analisado nesse trabalho. Por último será analisado a relação entre elas.

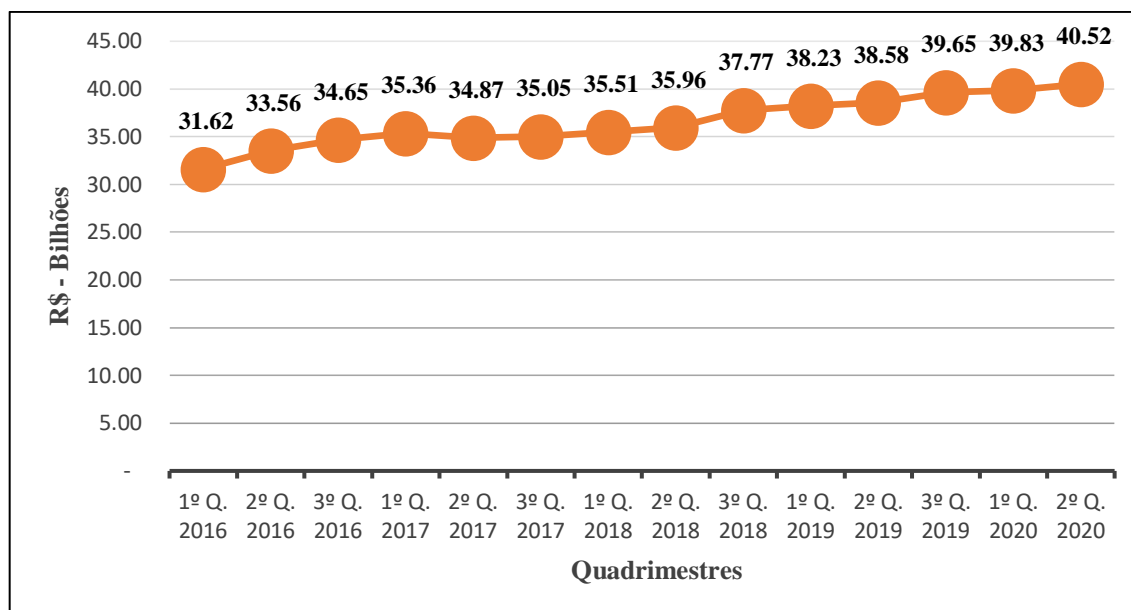


Gráfico 10: Receita Corrente Líquida do Estado do Rio Grande do Sul
Fonte: Elaborado pelo autor

A RCL no período analisado nesse trabalho teve uma evolução de 28,14%. O aumento foi praticamente contínuo ao longo dos quadrimestres, somente em um que ocorreu a queda dessa receita. O 2º quadrimestre de 2016 foi o que apresentou a maior variação positiva, um aumento significativo de 6,2%. Sendo que as receitas tributárias tiveram a maior influência para essa alavancagem, representando 41% da evolução da RCL entre esses quadrimestres.

O 2º quadrimestre de 2017 foi o único quadrimestre que houve a diminuição da RCL, uma variação de 1,4%. Essa queda ocorreu pela variação negativa da receita agropecuária, que regrediu em 40% em relação ao quadrimestre anterior. Mas a receita tributária aumentou nesse período, entretanto não foi suficiente para cobrir o *déficit* dessa receita que diminuiu nesse intervalo de tempo.

As transferências correntes também tiveram uma grande evolução durante esse período, no 2º quadrimestre de 2020 apresentou um aumento de aproximadamente 43% em relação ao 1º quadrimestre de 2016. A conta “outras transferências correntes” que foi a maior responsável por esse aumento, teve um aumento de 77,2% nesse intervalo de tempo. Nessa conta encontra-se o valor repassado pelo governo federal estabelecido na Lei Complementar nº 173/2020 (BRASIL, 2020) em compensação aos efeitos causados na economia pela pandemia causada pelo COVID.

As deduções do mesmo modo tiveram uma alavancagem de 28,05% no intervalo de tempo analisado nesse trabalho, consequentemente fazendo com que o aumento da RCL não

fosse maior. O valor total no 2º quadrimestre de 2020 correspondia à um terço da receita corrente bruta. Destaca-se o aumento expressivo do valor da conta “transferências constitucionais e legais” de 20,5%. Essa oscilação representou aproximadamente 40% da variação total das deduções.

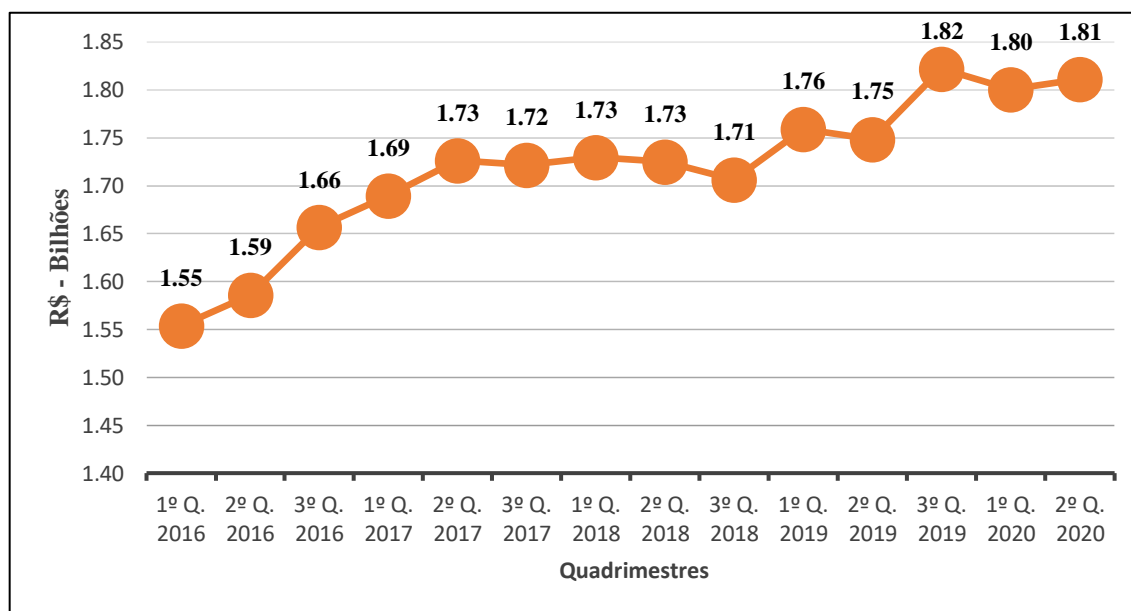


Gráfico 11 - Despesa Total com Pessoal - TJRS

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa total com pessoal apresentou um aumento de 16,5% entre o 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. Essa despesa praticamente aumentou na maioria dos quadrimestres, com exceção de cinco quadrimestres. Houve uma alavancagem significativa entre o 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2017 de 11,1%. Percebe-se que nesse intervalo de tempo curto de menos de dois anos, esse aumento representou 67% de toda a oscilação do período analisado.

O 3º quadrimestre de 2016 foi o que apresentou o maior aumento, uma variação significativa de aproximadamente 4,5%. Destaca-se também a alavancagem de 4,2% que ocorreu no 3º quadrimestre de 2019. Em consequência a essa variação, o patamar dessa despesa atingiu maior valor em todo o intervalo de tempo objeto desse trabalho. Essa oscilação foi devida principalmente ao aumento do valor da conta “vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis” em 16,8%.

No 1º quadrimestre de 2020 ocorreu a maior queda dessa despesa, uma oscilação de 1,2%. Entretanto, a despesa total com pessoal bruta não diminuiu em relação ao quadrimestre anterior, pelo contrário teve um leve aumento de 0,34%. A responsável pela variação negativa da despesa total com pessoal líquida nesse período foi o aumento das despesas não

computadas em 2,2%. Em nenhum dos quadrimestres em que ocorreu a oscilação negativa da despesa com pessoal líquida, houve a diminuição dessa despesa bruta, mas somente variações das despesas não computadas.

Na discriminação da despesa líquida com pessoal que consta nos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul não consta o valor destinado à revisão anual salarial. Essa informação consta nas notas explicativas, sendo que esse valor é somado à despesa total com pessoal líquida e divulgado no campo do relatório destinado para auferir o cumprimento do limite legal dessa despesa.

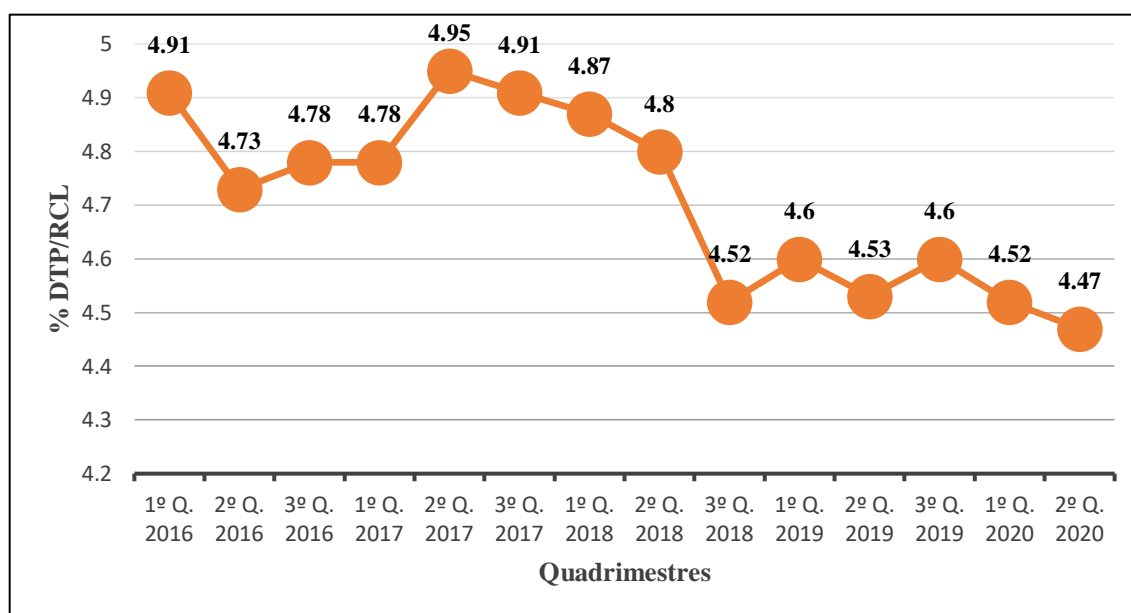


Gráfico 12 - % Despesa Total com Pessoal/RCL - TJRS

Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar do aumento quase constante da despesa total com pessoal líquida, essa despesa não ultrapassou em nenhum quadrimestre o limite de alerta ao longo do período analisado. Nota-se que a situação fiscal do TJRS melhorou consideravelmente durante esse intervalo de tempo, apresentando o melhor resultado da gestão fiscal no 2º quadrimestre de 2020. O motivo que favoreceu esse cenário foi o aumento praticamente contínuo da RCL, nesse período ela subiu mais do que a despesa com pessoal.

No 2º quadrimestre de 2016 já houve uma melhora da gestão fiscal, devido ao incremento de 6,15% da RCL, enquanto a despesa com pessoal teve um aumento inferior, de 2%. No 2º quadrimestre apresentou uma piora da situação fiscal derivado da queda da RCL em 1,4% e do aumento de 2,2% da despesa com pessoal. Sendo que esse quadrimestre foi quando o TJRS apresentou o um pior desempenho da gestão fiscal em todo o intervalo de tempo analisado nesse trabalho.

O TJRS voltou a exibir uma melhora significativa da situação fiscal no 3º quadrimestre de 2018, motivado pelo aumento acentuado da RCL em 5%, ademais houve a queda da despesa com pessoal em 1,1%. Nos quadrimestres posteriores não ocorreram grandes oscilações da relação entre a despesa total com pessoal e a RCL. Tendo em vista que as variações que ocorreram em seguida dessa receita e despesa, acabaram se complementando, consequentemente não trazendo grandes alterações para a razão.

Logo, percebe-se que a gestão fiscal do TJRS durante o 1º quadrimestre de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020 foi mais dependente das variações da RCL, em comparação às oscilações da despesa total com pessoal líquida. Tendo em vista que essa despesa aumentou de forma praticamente contínua, o que poderia causar dificuldades para o Tribunal se manter abaixo do limite estabelecido na LRF. Mas alavancagem significativa da RCL favoreceu que a gestão fiscal melhorasse no período analisado.

4.5 São Paulo

Nesta subseção será explorada a evolução da RCL do Estado de São Paulo, bem como a da Despesa Total Com Pessoal do Tribunal Estadual desse Estado no período analisado nesse trabalho. Por último será analisado a relação entre elas.

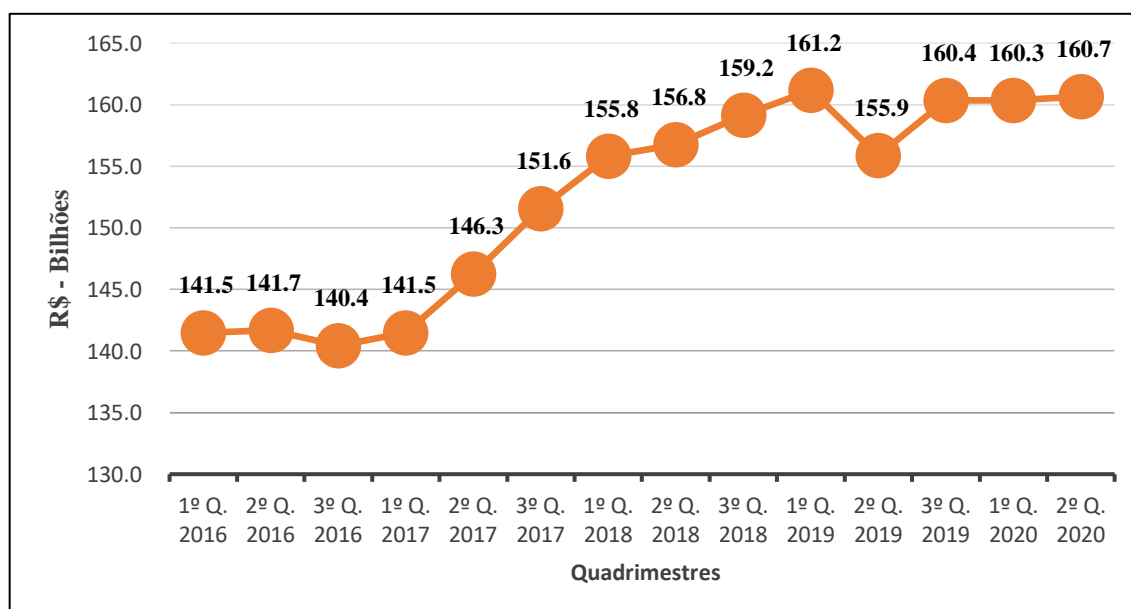


Gráfico 13: Receita Corrente Líquida do Estado de São Paulo
Fonte: Elaborado pelo autor

A RCL apresentou uma evolução de 13,56% no intervalo de tempo analisado nesse trabalho. Destaca-se o período do 1º quadrimestre de 2017 ao 1º quadrimestre de 2019 quando

ocorreu o aumento dessa receita de forma contínua, totalizando uma alavancagem de 13,9%. Inclusive esse último quadrimestre foi o qual o Estado obteve o melhor resultado dessa receita em todo o período compreendido dessa pesquisa. No quadrimestre seguinte teve uma diminuição dessa receita, voltando a aumentar no 3º quadrimestre de 2019.

O 3º quadrimestre de 2017 apresentou a maior variação positiva, um aumento de 3,61%. Causado principalmente pelo aumento da receita tributária em aproximadamente 1,7% e da receita patrimonial em 19 % nesse período. Sendo que a primeira representa praticamente 80% da receita corrente bruta, logo qualquer oscilação dessa receita impacta a variação total da RCL. O quadrimestre que apresentou a maior queda foi o 2º quadrimestre de 2019, uma oscilação de 3,3%. Essa diminuição da RCL ocorreu pois nesse período houve o repasse da contribuição para o FUNDEB, fazendo que tivesse um incremento das deduções em 16% referente ao quadrimestre anterior.

As transferências correntes apresentaram um decréscimo de 27,2% no acumulado de 2016 ao 1º quadrimestre de 2020. Entretanto, no 2º quadrimestre de 2020 houve uma oscilação positiva significativa de 9%. Esse incremento foi gerado pelo repasse do governo federal devido à Lei Complementar nº 173 (BRASIL, 2020) que estabeleceu os recursos financeiros a serem transferidos aos estados para minimizar os efeitos econômicos causados pela pandemia do COVID-19. O aumento das transferências correntes que foi a responsável por manter a RCL estável, pois caso contrário, essa receita teria diminuído devido à oscilação negativa de 2,3% da arrecadação tributária nesse quadrimestre.

Destaca-se no período analisado nesse trabalho o aumento significativo de aproximadamente de 35% das deduções. Esse incremento foi causado principalmente pelo aumento das transferências constitucionais em 15%. Ademais, no 2º quadrimestre de 2020 houve o repasse para o FUNDEB, representando mais de 10% das deduções, fato que não ocorreu no 1º quadrimestre de 2016.

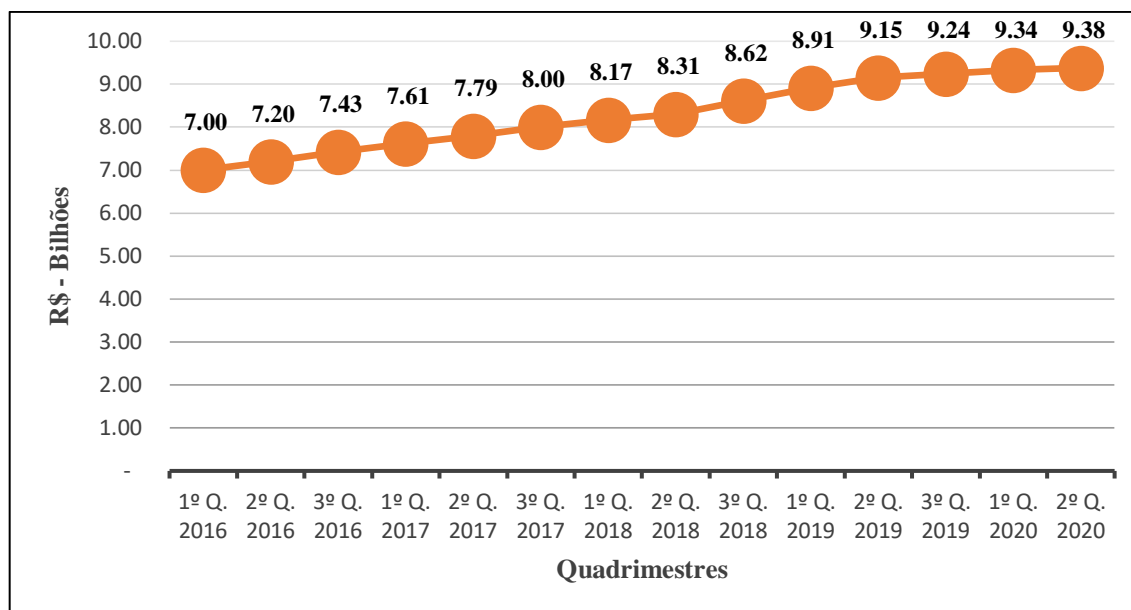


Gráfico 14 - Despesa Total com Pessoal - TJSP

Fonte: Elaborado pelo autor

A despesa total com pessoal do Tribunal de Justiça de São Paulo aumentou de forma contínua ao longo do período analisado, o acumulado apresentou uma evolução significativa de aproximadamente 35%. No 3º quadrimestre de 2018 ocorreu o maior aumento dessa despesa, em 3,8%. Em mais dois quadrimestres também houve o aumento acima dos 3%, no 3º quadrimestre de 2016 e no 1º de 2019.

No primeiro quadrimestre de 2019 foi concedido um reajuste de mais de 16 % para os magistrados, seguindo o que tinha sido concedido aos juízes federais no fim de 2018, na época o quadro de pessoal do TJSP era composto por 2579 juízes. Logo, teve um grande impacto na variação dessa despesa. Percebe-se que o acumulado somente do ano de 2019 apresentou um aumento de 7,2% da despesa total com pessoal. Houve uma estabilização dessa despesa no 1º quadrimestre de 2020.

No período analisado o número de servidores ativos do quadro de pessoal do TJSP diminuiu em aproximadamente 8,5%. A remuneração dos escreventes técnicos judiciários, que representam mais de 75% do total dos servidores, teve uma variação de 11,4% nesse período. O número de juízes ativos apresentou um aumento de 1,13%, apresentando uma variação da remuneração em 16,38%.

No 2º quadrimestre de 2020 o valor desembolsado com o pessoal ativo representava 81,22% da despesa total com pessoal. Essa mesma proporção no 1º quadrimestre de 2016 era aproximadamente 87%. A despesa somente com o pessoal ativo apresentou uma variação de

25,04 % nesse período, enquanto a despesa com pessoal inativo teve um acréscimo significativo de aproximadamente 90%.

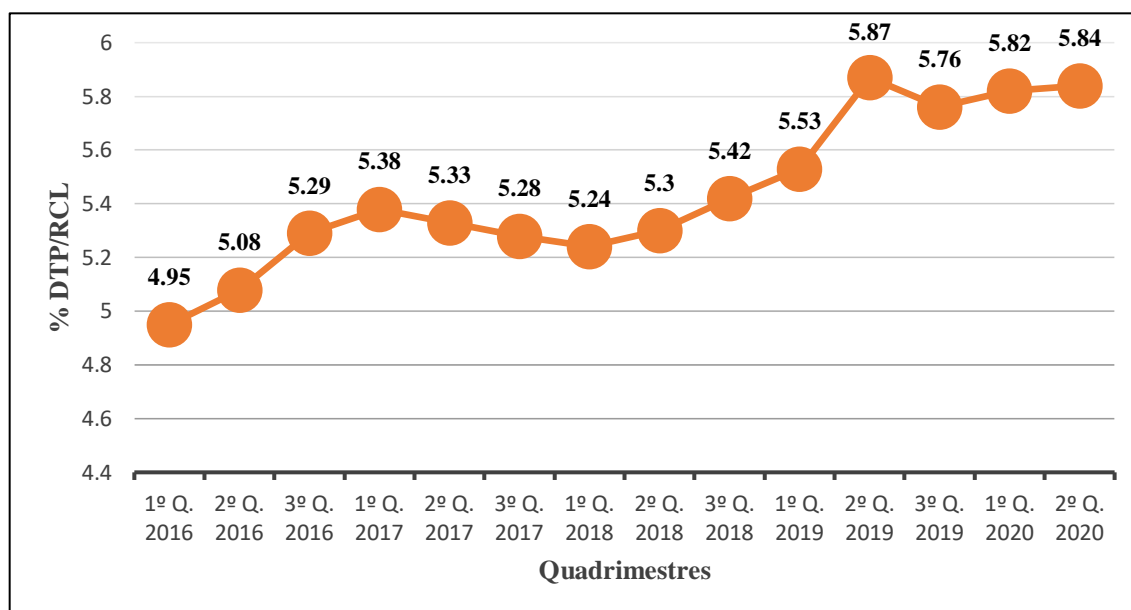


Gráfico 15 - % Despesa Total com Pessoal/RCL - TJSP

Fonte: Elaborado pelo autor

No período analisado a situação fiscal do Tribunal de Justiça de São Paulo apresentou uma piora praticamente contínua. Verifica-se que o quadrimestre que apresentou a melhor situação, é justamente 1º quadrimestre de 2016. Somente em três quadrimestres apresentou melhora da gestão fiscal. Mas esse cenário foi causado principalmente pela variação muito maior da despesa total com pessoal em relação à RCL. A primeira apresentou uma oscilação positiva de 35 %, enquanto a RCL teve um incremento de aproximadamente 14 %.

O TJSP conseguiu até apresentar uma leve melhora da sua gestão fiscal entre o 2º quadrimestre de 2017 ao 1º quadrimestre de 2018. Pois, nesses quadrimestres ocorreram um aumento considerável da RCL. Mas no 3º quadrimestre de 2018 acabou ultrapassando o limite de alerta, justamente o período em que houve o maior aumento da despesa total com pessoal. No Relatório de Gestão Fiscal desse quadrimestre não houve nenhuma nota explicativa informando eventuais medidas que estavam sendo adotadas para readequar o valor dessa despesa.

No 1º quadrimestre de 2019 houve a piora da gestão fiscal, mesmo com a despesa com pessoal estando acima do limite de alerta foi concedido reajuste para os magistrados nesse período. Mais uma vez no Relatório de Gestão Fiscal não constou nenhuma nota

explicativa referente ao fato da despesa com pessoal ter ultrapassado o limite de alerta que consta na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No 2º quadrimestre de 2019, a despesa total com pessoal ultrapassou o limite prudencial, a razão entre a despesa total com pessoal e a RCL resultou em 5,87%. Período que foi marcado pela queda significativa da RCL e pela alavancagem da DTP. O Relatório de Gestão Fiscal desse período trouxe a nota explicativa justificando que esse fato ocorreu pela nova metodologia adotada pelo Tribunal de Contas de São Paulo para apuração da RCL, que deduziu o valor repassado ao FUNDEB. Alegando que caso não fosse adotado esse cálculo, o percentual da RCL teria permanecido em 5,6%.

No ano de 2019, o TCE-SP emitiu a Deliberação n.º TC-A-007019/026/19, estabelecendo que devido à mudança de metodologia do cálculo da RCL, os entes públicos que tenham ultrapassado o limite de gasto com pessoal, deveriam reduzir o excesso nos próximos 2 anos, na proporção de 50% por exercício.

No 3º quadrimestre de 2019 houve uma melhora da gestão fiscal, mas continuando acima do limite prudencial. Os quadrimestres seguintes apresentaram uma piora desse cenário fiscal, mas em nenhum deles chegou a ultrapassar o limite máximo. Em todos esses quadrimestres manteve a explicação nas notas explicativas de que só se encontra no limite prudencial devido à nova metodologia do cálculo da RCL.

4.6 Análise estatística dos resultados

Nesta seção será apresentada a análise dos cálculos da média, variância, desvio padrão e a correlação que envolva a RCL dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como a Despesa Total com Pessoal do TJMG, TJPR, TJRJ, TJRS e TJSP.

	MÉDIA (BILHÕES)	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO
RCL DE MG	57,99	19,02	4,36
RCL DO PR	36,76	3,66	1,91
RCL DO RJ	53,37	24,07	4,91
RCL DO RS	36,51	6,38	2,53
RCL DE SP	152,36	63,86	7,99
RCL (GERAL)	67,4	1902,86	43,62

Tabela 2 – Análise descritiva da Receita Corrente Líquida aplicada aos TJs

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que a maior média da RCL no período analisado é do Estado de São Paulo. Enquanto o Estado que apresenta a maior dispersão dessa receita ao longo do intervalo de tempo foi o Rio de Janeiro, pois se observa que possui o maior desvio padrão. O Estado que apresentou a maior uniformidade dessa receita em todos os quadrimestres analisados foi o Rio Grande do Sul.

	MÉDIA (BILHÕES)	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO	CORRELAÇÃO
DTP TJMG	2,97	0,03	0,17	0,95006
DTP TJPR	1,82	0,02	0,15	0,9606
DTP TJRJ	2,80	0,0019	0,0434	0,7296
DTP TJRS	1,72	0,0056	0,0748	0,9066
DTP TJSP	8,3	0,63	0,79	0,9229
DTP(GERAL)	3,52	6,1	2,47	-

Tabela 3 – Análise descritiva da Despesa Total com Pessoal dos TJs de Grande Porte

Fonte: Elaborado pelo autor

O Tribunal de Justiça de São Paulo foi o que apresentou a maior média da Despesa Total com Pessoal no intervalo de tempo analisado nesse trabalho. Ademais, foi o que teve a maior dispersão dessa despesa no período. O TJRJ foi o que exibiu a maior uniformidade ao longo do período analisado. Entretanto, esse tribunal foi o que apresentou a menor correlação dessa despesa em relação à RCL, tendo em vista que essa receita apresentou uma grande dispersão no período explorado.

	MÉDIA (BILHÕES)	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO
%DTP/RCL TJMG	5,13	0,0169	0,1361
%DTP/RCL TJPR	4,93	0,0385	0,1961
%DTP/RCL TJRJ	5,3	0,1941	0,4405
%DTP/RCL TJRS	4,71	0,0263	0,1621
%DTP/RCL TJSP	5,44	0,0781	0,2794
%DTP/RCL GERAL	5,1	0,1369	0,37

Tabela 4 – Análise descritiva da % DTP/RCL

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que o TJSP apresentou a pior média do índice que é composto pela razão entre a Despesa Total com Pessoal e a RCL, justamente é o tribunal que no último quadrimestre analisado no trabalho apresentava a pior situação. Enquanto o TJRJ exibiu a maior dispersão desse índice ao longo do período objeto dessa pesquisa, é justificado pelo fato de ter praticamente ultrapassado o limite dessa despesa nos quadrimestres iniciais, mas nos quadrimestres posteriores conseguiu melhorar a sua situação, estando no último

quadrimestre analisado abaixo dos 5%. Em situação oposta, o TJMG que apresentou a melhor uniformidade dessa razão ao longo do intervalo de tempo explorado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública passou por inúmeras atualizações ao longo dos últimos anos, principalmente em relação ao controle do seu patrimônio. Tendo em vista a crise fiscal que ocorreu no fim do século passado, o Estado Brasileiro percebeu a necessidade de ter um melhor gerenciamento sobre seus gastos, já que possuía uma alta carga tributária. O Brasil seguindo medidas que já vinham sendo implementadas por países desenvolvidos na década de 1990, elaborou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa foi um dos pilares para a adoção de uma administração mais voltada ao lado gerencial no setor público.

Essa lei complementar foi importante em instituir medidas para a gestão financeira e patrimonial do ente público. Também foi essencial para a adoção na administração pública de uma melhor transparência da utilização do erário público. Ademais, a LRF instituiu limitações a alguns gastos públicos, bem como a dívida pública. Um desses limites foi em relação a despesa com pessoal.

Anteriormente a essa lei complementar já existia a limitação dessa despesa, mas não de forma detalhada como ficou estabelecido. Uma das novidades trazidas pelas LRF foi a repartição do limite da despesa com pessoal do ente federativo entre os seus poderes. O Poder Judiciário tanto em âmbito federal, como no estadual, teve essa sua despesa limitada à 6% da RCL do ente federativo de que esteja incluído. Outra novidade, foi a instituição dos limites de alerta e o prudencial.

A Constituição Brasileira concede autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário. Portanto, esse Poder pode elaborar seu orçamento, devendo posteriormente encaminhar ao Poder Executivo para que venha se juntar aos orçamentos dos outros poderes, mas deve obedecer aos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes do Orçamento. Inclusive a estimativa da receita pode ser encontrada nesse documento, servindo de balizador para a fixação da despesa com pessoal.

Esse trabalho visou verificar se os Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte cumpriram o limite de despesa com pessoal entre o período de 2016 ao 2º quadrimestre de 2020. Essa classificação utilizada teve como parâmetro a utilizada pelo CNJ e que foi divulgada em 2019. Os Tribunais que se enquadram nessa categoria são os seguintes: TJMG, TJPR, TJRJ, TJRS e TJSP.

Dessa forma, a pesquisa apresentada nesse trabalho é quantitativa, tendo em vista que foi analisado de forma objetiva a relação entre a despesa total com pessoal dos Tribunais

de Justiça e a RCL. As técnicas adotadas foram de natureza bibliográfica e documental. A primeira se justifica pois houve a utilização de artigos relacionados ao tema. Também é classificada de natureza documental, pois houve o uso dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Tribunais de Justiça, bem como o Relatório de Execução Orçamentária dos respectivos Estados.

Constatou-se que nenhum dos cinco tribunais ultrapassou o limite máximo da despesa total com pessoal, o tribunal que passou mais perto disso foi o TJRJ. No 3º quadrimestre de 2016 chegou a alcançar o percentual de 5,99 %, praticamente atingindo o limite máximo dos 6%. Nos quadrimestres posteriores houve a melhora desse índice, mas pode-se notar que não houve a diminuição dessa despesa, mas o que influenciou a evolução positiva da gestão fiscal do tribunal foi o aumento da RCL.

Outro Tribunal que não apresentou um resultado tão satisfatório foi o TJSP, ao longo do período analisado teve uma piora quase constante da razão entre a Despesa Total com Pessoal e a RCL. Inclusive no fim de 2018, ultrapassou o limite de alerta. Em sequência, no 2º quadrimestre de 2019, ultrapassou o limite prudencial, situação que persistiu até o último quadrimestre analisado. A justificativa apresentada por esse tribunal é que houve uma alteração do cálculo da RCL realizado pelo Tribunal de Contas de São Paulo, tendo em vista que houve a dedução do valor excedente repassado ao FUNDEB.

Em compensação o Tribunal que apresentou o melhor desempenho fiscal em relação a essa despesa nesse período foi o TJRS. Em nenhum dos quadrimestres o percentual ficou acima dos 5%. Inclusive o último quadrimestre analisado foi o qual o tribunal teve o desempenho mais satisfatório. Entretanto, nesse intervalo de tempo não ocorreu uma queda significativa dessa despesa, pelo contrário aumentou. Mas o que houve foi o aumento contínuo da RCL do Estado do Rio Grande do Sul nesse período.

Portanto, a Despesa Total com Pessoal dos Tribunais de Justiça Estaduais de Grande Porte analisados nesse trabalho permaneceu dentro do limite estabelecido na LRF. Contudo, notou-se que o desempenho fiscal dessa despesa foi mais impactado pelas variações da RCL, tendo em vista que todos os tribunais tiveram aumento praticamente contínuo dessa despesa ao longo do período. Tanto a melhora ou piora da razão da despesa total com pessoal em relação à RCL dos Tribunais foram mais influenciadas nesse período pelas variações da receita.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a análise da Despesa Total com Pessoal, perante os limites estabelecidos na LRF, para os TJs pertencentes às categorias de médio e pequeno porte no intervalo de tempo objeto dessa pesquisa, já que em relação aos de médio

porte só foi realizado até o ano de 2015. Também, pode ser efetuado esse mesmo estudo em relação aos Tribunais Federais, como os TRF, TRT e TRE, verificando também a variação da RCL do governo federal.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Luiz Antônio; RIBEIRO, Clarisse Pereira de Paiva; ZUCCOLOTTO, Robson. **O comportamento das Finanças Públicas Municipais nas Capitais dos Estados Brasileiros**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15., Curitiba, 2008.
- AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Atuação dos Contabilistas é Fundamental Para a Execução da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXIX, nº 124, pág. 7-13. jul/ago 2000.
- AFONSO, Luis Eduardo; CRUZ, Cláudia Ferreira da. **Gestão Fiscal e Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios**. Revista de Administração Pública. v. 52, n. 01, p. 126-148, 2018.
- ALMEIDA, Claudia Milene Vieira de; CONFESSOR, Kliver Lamarthine Alves; COSTA, Jailza Mendes da; TORRES, Fernando José Vieira. **Gasto Público: uma análise das despesas com pessoal dos municípios paraibanos**. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 24., Florianópolis, 2017.
- ALVES; J. A., FREITAS, M. R. de O.; OLIVEIRA, L. G. L. **A análise do controle das despesas com pessoal no Poder Judiciário: um estudo aplicado aos Tribunais de Justiça de médio porte**. Revista Controle - Doutrina E Artigos, 13(2), 32-58, 2015.
- ANDRADE, Nilton de Aquino. FORTES, Mauri. **A Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios – Uma Revisão Crítica**. Reuna, v. 10 n. 03, p. 53-73, 2005.
- ANJOS, Luiz Carlos Marques dos; BARTOLUZZIO, Allan Inaldo Silva de Sá; RODRIGUES, Sabrina Vasconcelos Mota. **Diversificação e Elasticidade do Portfólio de Receitas dos Estados Brasileiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 18., São Paulo. Anais, 2018.
- ANTUNES, Marcos David de Paula; COSTA JÚNIOR, Nilo Sérgio Bruno da; OLIVEIRA, Robson Ramos. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma análise sobre a despesa com pessoal na região Sudeste**. In.: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9., 2012.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da ciência**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- ARAGÃO, José Wellington Marinho de; MENDES NETA, Maria Adelina Hayne. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação à Distância, 2017.
- ARAUJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: Da Teoria à Prática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- ARAUJO, Wilson José de; MORAES, Tiago Cacique de. **A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): balanço preliminar e impactos sobre governos municipais**. In: Encontro Anual da ANPAD, 2003, Atibaia. Anais., Atibaia, 2003.
- ASSUMPÇÃO, Marcio José. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- Banco Central do Brasil. **Focus – Relatório de Mercado**. Publicado em 03 ago.2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus> > Acesso em: 25 julho. 2020.
- BERNARDO, Joyce Santana; REIS, Anderson de Oliveira; SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santana. **Características Explicativas do Nível de Transparência na Administração**

Pública Municipal. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

BONACIM, Carlos Alberto Grespan; SILVA, Daiane Rodrigues da. **A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo a Percepção de um Contador.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 5, n. 2, 2010.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil:**

Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 julho. 2020.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm . Acesso em: 10.12. 2020.

_____. **Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Brasília, DF, 19 out. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10028.htm >. Acesso em: 10.12.2020.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF, 20 jun. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/l11494.htm >. Acesso em: 20.01.2021.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 04 mai. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acesso em: 05 jul. 2020.

_____. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Brasília, DF, 27 mai. 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm >. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. **Manual de Demonstrativos Fiscais.** Tesouro Nacional, 2020.

_____. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Ministério do Orçamento e Gestão. Brasília, DF, 15 abr. 1999. Disponível em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-1999/Portaria_Ministerial_42_de_140499.pdf/ >. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. MS 22.685/AL, rel. Min. Celso de Mello, j.19.2.2002, *DJU* 26.2.2002.

BRITO, Jansen Lima; GUIMARÃES, Maria da Glória Vitorino; JORGE, Francisco Xavier; SOUZA, Waldemar Antônio da Rocha; VIEIRA, Maria de Nazaré. **Avaliação do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os gastos com pessoal no Poder Legislativo do Estado do Amazonas.** Revista de Administração e Contabilidade, v. 8, n. 03, p. 19-27, 2016.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Poder Judiciário: autonomia e justiça.** Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 117, v. 30, p. 293-308, jan./mar. 1993.

CONTI, José Mauricio. **A autonomia financeira do poder judiciário** [livro eletrônico] - 1. ed. -- São Paulo: Blucher, 2019.

CORRAR, Luis João; DINIZ, Josediton Alves; SANTOS, Josenildo dos. **Gestão dos Gastos de Pessoal na Administração Pública Brasileira: avanços após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista Administração em Diálogo, v. 8, n. 1, 2007.

CUNHA, P. R.; MAGRO, C. B. D.; DIAS, D. R. **Análise do problema de pesquisa dos artigos científicos publicados no 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 15, p. 123-141, 2012.

DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

DELLER, Steven C.; MAHER, Craig S. **Measuring municipal fiscal condition: do objective measures of fiscal health relate to subjective measures?** *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 23, n. 3, p. 455-478, 2011.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS. **Justiça em Números 2019: ano base 2018**. Brasília, DF: CNJ, 2019.

DIAS, Fernando Alvares Correia. **O Controle Institucional das Despesas com Pessoal**. Textos para discussão 54. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/150158> > Acesso em: 03 ago. 2020.

DIENG, M.; DINIZ, J. A.; MACEDO, A. F. P.; MORAIS, E. F. **Os impactos financeiros gerados pela LRF no que tange ao comportamento das Receitas Correntes Líquidas com Despesas de Pessoal**. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 4., São Paulo. Anais... São Paulo: EAC/FEA/USP, 2004. Disponível em: Acesso em: 05 ago. 2020.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos da Metodologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FAÉ, Cleison; ZORZAL, Luzia. **A Lei de Responsabilidade fiscal e a Despesa com Pessoal no Governo Federal**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., Fortaleza - CE, 2009.

GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. Módulo 1: **Entendendo o Orçamento Público**. Escola Nacional de Administração Pública, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIUBERTI, Ana Carolina. **Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos Municípios Brasileiros**. Brasília: ESAF, 2005. 46 p. Monografia premiada com 2º lugar no X Prêmio Tesouro Nacional - 2005. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília (DF).

GOBETTI, Sérgio Wulff. **Ajuste Fiscal nos Estados: Uma Análise do Período 1998-2006**. Revista Economia Contemporânea, v. 14, n. 1, p. 113-140, 2010.

LEITE, Cristiane K. S.; PERES, Úrsula D. **Lei de Responsabilidade Fiscal, federalismo e políticas públicas: um balanço crítico dos impactos da LRF nos municípios brasileiros**. In: CUNHA, Alexandre S.; MEDEIROS, Bernardo A.; AQUINO, Luseni M. C. (Org.). Estado, instituições e democracia: república. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, p. 213-248.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAURO, E. *et. al.* **Operacionalizando o planejamento**. Rio de Janeiro: IBAM/BNDES, 2001. Unid 3.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINAS GERAIS. Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. Secretaria de Estado da Fazenda. Disponível em: <

http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lei_responsabilidade_fiscal/ >

Acesso em: 10 dez. 2020.

MONTOYA, Marco A.; VECCHIA, Eloi D. **Orçamento e planejamento municipal: um estudo de caso**. Revista de Economia Política, v. 22, n. 86, p. 136-155, 2002.

NASCIMENTO, Isabela Oliveira do. **Lei de Responsabilidade Fiscal e o Dever de Observância ao Princípio da Transparência**. Disponível em: <

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/lei-de-responsabilidade-fiscal-e-o->

[everdeobservanciaaoprincipiodatransparencia2/#:~:text=A%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal,a%20responsabilidade%20e%20a%20transpar%C3%Aancia.](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/lei-de-responsabilidade-fiscal-e-o-everdeobservanciaaoprincipiodatransparencia2/#:~:text=A%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal,a%20responsabilidade%20e%20a%20transpar%C3%Aancia.) > Acesso em: 10 ago. 2020.

O'DONNELL, G. **“Democracia delegativa”**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, nº 31, 1991.

PARANÁ. Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. Portal da Transparência do Governo do Paraná. Disponível em: <

<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/7/36?origem=4> > Acesso em: 10 dez. 2020.

PELICIOI, Ângela Cristina. **A lei de responsabilidade na gestão fiscal**. In: *Revista de informação legislativa*. Brasília, 37, 146. 109-117. 2000

PLATT NETO, Orion Augusto; SOUZA, Paula de. **A Composição e a Evolução das Despesas com Pessoal no Estado de Santa Catarina de 2000 a 2011**. In: Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC – Florianópolis, v. 11, n. 33, p. 66-81, ago./nov. 2012.

RABELO, Natanael Carvalho; RODRIGUES JÚNIOR, Manuel Salgueiro. **Análise das Despesas com Pessoal dos Poderes Executivos dos Estados do Nordeste Quanto aos Limites Estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista Controle - Doutrina E Artigos, 16(1), 243, 2018.

RIO DE JANEIRO. Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. Secretaria da Fazenda do Estado: Disponível em: < http://www.fazenda.rj.gov.br/contabilidade/faces/menu-contabilidade/prestacao-contas/prestacao-contas-relatorios-lrf?_adf.ctrl-state=1251oigxiff_69&_afLoop=51084842663884021 > Acesso em: 10 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. Secretaria da Fazenda do Estado. Disponível em: < <https://cage.fazenda.rs.gov.br/lista/3541/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria/> > Acesso em: 10 dez. 2020.

ROGERS, Pablo; SENA, Ludiany Barbosa. **Análise Agregada dos Municípios Mineiros de Grande Porte Quanto à Adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 04, v. 1, nº 8, p. 99-119, Jul/Dez., 2007.

SANTOS, Marcos Roberto dos. **Administração Financeira e Orçamentária: Estudos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2 ed. São Paulo: Rideel. 2015.

SÃO PAULO. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária**. Secretaria da Fazenda do Estado. Disponível em: < <https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rio-Resumido-da-Execu%C3%A7%C3%A3o-Or%C3%A7ament%C3%A1ria.aspx> > Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. Disponível em: < <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf> > Acesso em: 22 jul.2020.

SILVA, José Antônio Felgueiras da. **Contabilidade Pública**. 1 ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

SILVA JUNIOR, Amaro da. **Avaliação da Aplicabilidade Social da Lei de Responsabilidade Fiscal na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Trabalho selecionado e apresentado no 17º Congresso de Contabilidade. Brasília: CFC, p. 93-125, 2004.

SLOMSKI, V. **Teoria do Agenciamento no Estado - uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SORDI, José Osvaldo de. **Elaboração de Pesquisa Científica: Seleção, leitura e redação**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

STIGLITZ, Joseph. **Public policy for a knowledge economy**. Policy Research, [S.l], v. 27, 1999.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Relatórios de Gestão Fiscal**. Portal da Transparência. Disponível em: < <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/transparencia/lei-de-responsabilidade-fiscal/> > Acesso em: 12 dez. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Relatórios de Gestão Fiscal**. Portal da Transparência. Disponível em: < <https://www.tjpr.jus.br/relatorios-de-gestao-fiscal/> > Acesso em: 12 dez.2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios de Gestão Fiscal**. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial> > Acesso em: 12 dez. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatórios de Gestão Fiscal**. Portal da Transparência. Disponível em: < https://www.tjrs.jus.br/site/administracao/prestacao_de_contas/relatorio_de_gestao_fiscal/ > Acesso em: 12 dez. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Quantitativo de Cargos e Remuneração. Portal da Transparência. Disponível em: < https://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia/ResCNJ102_Default > Acesso em: 15 jan. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Relatórios de Gestão Fiscal**. Portal da Transparência. Disponível em: <

https://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia/ContasPublicas_RelatoriosGestaoFiscal_Default > Acesso em: 12 dez. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Valores da Base de Subsídio da Magistratura.** Diário da Justiça Eletrônico, 11.01.2019. Disponível em: <
<http://www.dje.tjsp.jus.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=13&nuDiario=2726&cdCaderno=10&nuSeqpagina=2> > Acesso em: 15 jan. 2021.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio C. **As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.